



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Força Tarefa - Brumadinho

Em 28 de janeiro de 2019, às 16 horas, no auditório da Faculdade ASA de Brumadinho, presentes as pessoas constantes da lista que segue anexada, juntamente com os membros do Ministério Público Estadual, Márcio Rogério de Oliveira, André Sperling e Claudia Spranger, reuniram-se para tratar dos pontos constantes de decisão liminar na ação civil pública para o tema dos direitos humanos e sociais dos atingidos pelo rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira iniciou a reunião, expondo que o objetivo era a efetivação das ações determinadas em liminar deferida pelo Poder Judiciário, no sábado à noite, no que diz respeito à assistência às vítimas das barragens de Brumadinho. Em seguida, o advogado da VALE S.A, Dr Pedro Company, informou que a empresa apresentou recurso da medida liminar apenas quanto ao pedido de bloqueio de valores, não se opondo as demais determinações assistenciais.

Após os participantes debaterem sobre os tópicos constantes da liminar, foi apontado o que segue:

1. Que haja pessoa habilitada e qualificada para atender às vítimas, de modo a não ocorrer a revitimização, tampouco que os atingidos não se sintam desprezados ou sofram qualquer tipo de mal atendimento, neste difícil momento que passam;
2. Fornecimento de transporte para as pessoas atingidas deslocarem-se entre Brumadinho e os diversos locais, inclusive em outros municípios, onde há concentração por busca de informações ou direitos, como, por exemplo, IML, Hospital João XXIII, Acadepol; Que o número de pessoas por transporte seja feito de modo a evitar grande concentração em um mesmo veículo (ônibus, micro-ônibus), o ferirá a dignidade destas pessoas em momento tão doloroso;
3. Fornecimento de alimentação com qualidade e regularidade para as pessoas atingidas, buscando-se, por exemplo, a implantação de cozinhas em tais locais, proporcionando uma melhor qualidade da comida que será ofertada;
4. Fornecimento de atendimento psicossocial com médicos psiquiatras e psicólogos especializados no atendimento dessas pessoas, bem como a criação de Centros de Referência para estes atendimentos; É preciso



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 7



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 3



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ampliar a equipe, vez que 07 profissionais não são suficientes, inclusive para que ocorra o revezamento em turnos. É preciso, ainda, que o atendimento inicial seja feito por profissionais técnicos e que haja um coordenador identificado em cada posto;

5. Quanto ao registro e atendimento, o levantamento inicial deve ser feito por meio do **Formulário Emergencial**, interrompendo-se, imediatamente, quaisquer tipos de cadastros que estão sendo feitos pela Vale, uma vez que poderão acarretar sérias violações dos direitos humanos neste momento;
6. Que nenhum atendimento seja condicionado ao preenchimento de registro, sob pena de configurar violação de direitos. Que seja feito o atendimento emergencial, neste primeiro momento, afastando-se os profissionais da Sinergia por hora; ***O representante da VALE solicitou que conste nesta memória que a Sinergia será imediatamente afastada e que será utilizado o Formulário Emergencial citado no item 5; Registrou, ainda, que a VALE S.A. concorda com estas solicitações.***
7. Que seja fornecido e aperfeiçoado o serviço de atendimento funerário para as pessoas atingidas, observando-se, também neste acolhimento, a necessidade do atendimento psicossocial mencionado no item 4;
8. Fortalecimento de equipe multidisciplinar para o atendimento psicossocial, de modo a ser aperfeiçoada a composição das equipes, nos turnos de revezamento de 8h, de modo a terem a quantidade adequada e a identificação e publicidade sobre quem serão e o que informarão sobre auxílio funeral e cada um dos temas aqui debatidos;
9. O Sr. Sérgio Leite, funcionário da VALE, será a principal referência no Centro de Comando;
10. Para as questões de atendimento psicossocial, o ponto focal será o funcionário da VALE, Sr. Estanislau;
11. Que ao cumprimento dos itens acima seja dada publicidade ampla para as pessoas atingidas e para os representantes das instituições públicas envolvidas, de modo a saberem onde procurar e a quem procurar;
12. Fica agendada para o dia 30 de janeiro de 2019 reunião entre os representantes das instituições públicas presentes e os representantes da Vale para a temática psicossocial.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 8



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 4



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Camila, representante da VALE, registrou que existem atualmente 07 (sete) pontos de atendimento: Conhecimento, em Brumadinho; Quadra Poliesportiva em Brumadinho, Parque da Cachoeira (onde realmente enfrentaram problemas muito sérios), Centro Comunitário Córrego do Feijão, Escola Casa Branca, IML e o Hotel Intercity; Salaria que todos estão sendo reestruturados e aperfeiçoados. A equipe de acolhimento conta com 250 pessoas que são funcionários da VALE. Ela registra que agora precisam começar a substituir estes profissionais por empresas especializadas. Estava sendo feito um cadastro, mas que este será interrompido para ser feito o registro emergencial e inicial. Ela concorda que precisam melhorar na maneira como dão as informações. Que precisam melhorar o intercâmbio com os profissionais da Defesa Civil e outras entidades envolvidas, objetivando a melhoria da comunicação.

Eles possuem atendimento às famílias que já possuem familiar com óbito identificado e atendimento às famílias que possuem familiares desaparecidos. Estes atendimentos precisarão ser ativos, ou seja, precisarão ir até às famílias.

Camila ressalta que de todos os pontos destacados, o único que desconheciam era a informação de que beneficiários de funcionários terceirizados estariam recebendo tratamento diferenciado para buscar o direito ao seguro.

Paula, funcionária da VALE, registra que possuem distintas formas de acolhimento.

Os não contactados – a VALE tem o contato das famílias e estão contactando para saber do que as famílias precisam. Em sua maioria querem saber onde estão os seus entes queridos, mas na maioria dos casos eles ainda não possuem esta informação.

Nos casos do pós – IML, eles utilizam uma sala no IML para acolher estas pessoas. Fora do IML eles montaram tendas, uma com atendimento psicossocial e outra com atendimento funerário.

No Hotel Intercity, próximo ao IML, conseguem fazer um atendimento de melhor qualidade.

Paula destaca que não estão fazendo distinções das vítimas se são terceirizados, funcionários ou não funcionários.

Informa que, realmente, não possuem este atendimento funeral em Brumadinho.

Esclarece que assistência funeral é o fornecimento de caixão, flores e outros itens relacionados especificamente ao funeral.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 9



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Já o auxílio funeral é uma ajuda de custo de R\$3.928,00 que estão dando para as famílias utilizarem para as questões práticas de curtíssimo prazo. Eles fazem um depósito na conta do responsável.

O Sr. Estanislau, funcionário da VALE, divulga os telefones que estão disponíveis para receber as demandas: 0800-285 7000 e 0800-8215000. Diz que possuem condições de receber um grande número de ligações.

Decidiram de ontem para hoje fazer a integração entre os serviços de atendimento psicossocial e médico, de modo a aderirem a um protocolo que permita o acolhimento com qualidade.

A Sra. Luana Martins, funcionária da VALE, registra que possuem 50 profissionais da VALE entre psicólogos e assistentes sociais que estão fazendo atendimentos aos atingidos.

A estrutura da consultoria externa, dada pela empresa CGP, é composta por 25 profissionais, sendo cerca de 3 profissionais por posto de atendimento, especializados nos atendimentos mais graves e/ou complexos.

O IML possui um protocolo de atendimento próprio aos quais eles se adaptam.

A Sra. Camila informa que possuem 40 médicos, 30 entre enfermeiros e técnicos de enfermagem, trabalhando em turnos de 12 horas. Serão adaptados para turnos de 8 horas.

Foram reservados 1518 leitos em hotéis em Brumadinho e Belo Horizonte, estando preenchidos cerca de 100.

Foi contratada a empresa AMPLO Engenharia para identificar outras comunidades ribeirinhas atingidas a serem atendidas.

O funcionário da VALE, Sr. Alberto, informa que a empresa decidiu repassar para cada família com parentes em óbito ou desaparecido o pagamento de R\$ 100 mil reais, **independentemente de futura reparação civil a ser acordada ou determinada em cada caso concreto.**

Ao final foram deliberadas, de comum acordo, as seguintes ações práticas, no sentido de dar efetividade a decisão liminar deferida no feito processual número, 0090.19.000012-6, em trâmite na comarca de Brumadinho, o que, de forma alguma, modifica a decisão liminar dada na noite do último sábado, dia 26 de janeiro de 2019, às 22:30 horas:

1- Obrigações assumidas pela empresa Vale:

- a- A empresa fortalecerá a composição das equipes técnicas, dos 7 postos de atendimentos atualmente existentes, mediante



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 10



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 6



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

contratação de psicólogos e assistentes sociais, em número suficiente para o pronto atendimento às demandas que surgirem em cada posto, inclusive atendimentos domiciliares agendados ou solicitados com urgência, bem como para que as referidas equipes possam se revezar em turno de 8 horas;

- b- além dos profissionais acima citados, a empresa manterá pelo menos um médico em cada posto de atendimento e uma equipe de enfermagem;
- c- a empresa também manterá em cada posto de atendimento um profissional qualificado, em cada turno, para atender às pessoas afetadas quanto aos seus direitos trabalhistas, documentação civil eventualmente perdida e demais auxílios, encaminhando as pessoas à defensoria pública e outros órgãos competentes, quando necessário;
- d- a empresa contratará e oferecerá transporte às pessoas que necessitarem ir ao IML, órgãos públicos ou estabelecimentos de saúde, em quantidade suficiente para pronto atendimento das demandas que surgirem, em veículos não maiores que Vans para, no máximo 15 pessoas, posto que ônibus poderão ferir a dignidade de tais pessoas em momento tão sofrido;
- e- a empresa providenciará que o transporte de pessoas ao IML e demais locais acima mencionados, seja feito com acompanhamento de profissional de serviço social ou psicologia, para orientação e apoio durante o embarque, percurso, desembarque e retorno, em articulação com a sua equipe nos postos de atendimentos mantidos no IML e no Hotel Intercity;
- f- a empresa cuidará para que a alimentação fornecida às pessoas que necessitarem em cada um dos postos de atendimento, seja de qualidade e em quantidade adequada à demanda de cada posto, se possível, montando cozinhas para que os alimentos sejam preparados no próprio local, ao invés de contratados de empresas, de modo a evitar que a alimentação chegue fria ou misturada pelo balançar do transporte;
- g- a empresa, conjuntamente com o Ministério Público estadual e as Defensorias Públicas da União e Estadual, sem prejuízo de outros órgãos e instituições, elaborará instrumental de registro simplificado para o acolhimento e atendimento inicial e emergencial das pessoas nos postos de atendimento;



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 11



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 7



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- h- a empresa compilará os atendimentos realizados em todos os postos e encaminhará relatórios circunstanciados ao Poder Judiciário e à coordenação da força tarefa, conforme determina a decisão acima mencionada, semanalmente;
 - i- a empresa cuidará para que a acolhida e atendimento inicial nos postos de atendimento seja realizada por profissional qualificado da equipe técnica e não voluntários ou qualquer outra pessoa sem a devida qualificação;
 - j- a empresa disponibilizará à Prefeitura de Brumadinho, veículos para contribuir nas ações próprias do município junto à comunidade, decorrentes do rompimento da barragem, conforme demanda a ser apresentada e devidamente justificada pelo município;
 - k- a empresa se compromete a não realizar cadastro de atingidos, e a retirar as equipes da Sinergia;
 - l- a empresa se compromete a ofertar assistência funerária a todas as famílias que necessitarem, consistente em despesas próprias do funeral, conforme debatido e esclarecido na memória acima da reunião;
 - m- a empresa também se compromete a oferecer auxílio funeral a cada família, no valor de R\$ 3.928,00, sem prejuízo da assistência funerária antes mencionada;
 - n- a empresa, se compromete a providenciar o fornecimento de água potável, nas localidades afetadas, assim que tomar conhecimento da demanda através dos diversos canais de atendimento;
 - o- a empresa encaminhará o primeiro relatório das ações práticas, efetivamente desenvolvidas, ao Poder judiciário, até sexta feira, dia 1º de fevereiro de 2019;
- 2- O MPMG, a DEFENSORIA PÚBLICA da União e do Estado de MG, bem como a Secretaria municipal de desenvolvimento social de Brumadinho se comprometem a contribuir com ações de alinhamento e capacitação das equipes técnicas disponibilizadas pela empresa Vale, com o objetivo de que o seu atendimento siga as diretrizes das políticas públicas pertinentes, tanto quanto possível.
- 3- Todos os órgãos presentes e a empresa se comprometem a contribuir para a divulgação das deliberações acima especificadas à população atingida.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 12



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4- Todas as ações acima especificadas serão avaliadas, ao menos, semanalmente, por representantes das empresas e instituições aqui presentes, visando promover os ajustes necessários em cada fase a ser executada.
- 5- Será realizada reunião técnica, quarta feira, dia 30 de janeiro, com representantes da empresa, às 11 horas, MPMG, Defensorias públicas, para tratar das ações de alinhamento junto aos técnicos contratados pela empresa.
- 6- As diretrizes acima foram lidas em alto e bom som, estando todos os presentes de comum acordo, ficando acertado que a presente memória seria enviada nos e-mails constantes da lista de presença.

Brumadinho, 29 de janeiro de 2019.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 13



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 14



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 10

FORÇA TAREFA DE BRUMADINHO

Lista de participantes – Reunião em 28/01/2019

	NOME	ORGÃO/PARTE	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
01	RENATO SARAIVA DE RIBEIRO	ABE/MG	Renato Saraiva de Ribeiro@abe.org.br	99334-5637	
02	ALEXANDRE GUIMARÃES	AGE/MG	alexandre.guimaraes@age.org.br	3182494	
03	Adriana Ferreira	Soc. dos Socos / Biscoito	adriana@socos.org.br	3200-4038	
04	Cláudia Espinosa	MPF	claudia@mpf.org.br	3233-01394	
05	Luís R. D. F. L.	MPF	luis@mpf.org.br	3233-01394	
06	Luís R. D. F. L.	MPF	luis@mpf.org.br	3233-01394	
07	Luís R. D. F. L.	MPF	luis@mpf.org.br	3233-01394	

Luís R. D. F. L.

MPF

luis@mpf.org.br



FORÇA TAREFA DE BRUMADINHO

Lista de participantes – Reunião em 28/01/2019

08	Essa vez não tem	VICE ESSÊNCIAS SERRAVALLE	SERRAVALLE VILVA	(21) 3336-3635	<i>[Signature]</i>
09	Raulo Ellen	VALE Gerente Executivo RH	Raulo. Ellen@val.com	(21) 9993-6335	<i>[Signature]</i>
10	Sergio Leite	VALE GER EXECUTIVO RI	Sergio Leite@val.com	(21) 9618-2614	<i>[Signature]</i>
11	Amílcar Lot	VALE GER EXECUTIVO SUST	amilton.lot@val.com	(21) 9282-0205	<i>[Signature]</i>
12	Alfredo Nilton	DIA SIST. VAL	Alfredo Nilton@val.com	021 96721 9137	<i>[Signature]</i>
13	LYIA ZALDUENDO	VALE	LYIA.ZALDUENDO@val.com	99977394	<i>[Signature]</i>
14	RODRIGO CHANDAY	VALE	RODRIGO.CHANDAY@val.com	9657816688	<i>[Signature]</i>
15	Marcos Soares Guia	VALE / Brumadinho	marcossoares@brumadinho.com.br	97115 0492	<i>[Signature]</i>

CRIS BUENO LOPES

DEPEC / 46

deprec@brumadinho.com.br
capacitacao@val.com

915823359

[Signature]

Amanda de Oliveira - Rufina

Presidenciais Guia

Amanda 2014@gmail.com
55335 1377

[Signature]



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
 Número do documento: 1904291803598850000066617147



Número do documento: 1906181757269230000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757269230000071852000>
 Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

FORÇA TAREFA DE BRUMADINHO

Lista de participantes - Reunião em 28/01/2019

16	Faustino M. Coutinho	MT	Susana de Souza Chap. Imp. 14	91021537	
17	Neides A. V. de L. V. de L. V. de L. V.	MT	ambrósio ampt.m.r.h	98495 2155	98
18	Felício Brito Gonçalves	MPMG/CAO-DH	Felício Brito Gonçalves mp.or	3930 8394	
19	Dr. Orlycia Rosa Leal	MPMG	Sindicato empreg.m.p.a	39614-335	
20	Dilcia M. Magalhães	DPMG	Sulham empreg.m.p.a	9851149 65	
21	Alago N. de R. de R.	DPU	Alago N. de R. de R. empreg.m.p.a	(11) 96085 9994	
22	André Luiz de F. de F.	DPMG	André Luiz de F. de F. empreg.m.p.a	321 99935-0008	
23	Roberta Gonçalves Reis	SEC. ESTADUAL TRABALHO SOCIAL	Roberta Gonçalves Reis empreg.m.p.a	32 9841235	
24	Felício Brito Gonçalves	SEC. DE OBRAS MUNICIPAIS	Felício Brito Gonçalves empreg.m.p.a	98493-1115	

25 - Neides Romera
26 - Faustino M. de L. V. de L. V. de L. V.

Sic governo
empreg.m.p.a

99908805
(11) 9910 35 16



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
 Número do documento: 1904291803598850000066617147



Número do documento: 1906181757269230000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757269230000071852000>
 Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 18



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 14



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

e diversas organizações, com uma certa “disputa” por protagonismo. Houve a presença de um grupo de advogados, sendo que um deles que se apresentou como representante da seccional da OAB local. Os advogados fizeram falas públicas incentivando a realização de negociações individuais em oposição às falas das instituições de justiça (MPMG e Defensorias) sobre a necessidade de união e de negociações coletivas. Notou-se que a situação criou em alguns integrantes da comunidade confusão sobre qual informação deve prevalecer. Foram feitas diversas falas sobre os problemas emergenciais, em especial: a) que membros da comunidade desejam ficar hospedados em casas alugadas na própria comunidade e não em hotéis. b) que há diversos horticultores e agricultores familiares que perderam a fonte de renda e terão dificuldades para pagar suas contas no início do mês e financiamentos, como PRONAF,. c) Que há areeiros e outros profissionais que perderam a sua fonte de renda e relataram terão dificuldades para pagar suas contas no início do mês. Integrantes da comunidade informaram que a questão da qualidade e horário da alimentação foi regularizada. Iniciou um processo de auto-organização da comunidade, que constituiu uma comissão de atingidos. A Comissão marcou uma reunião interna para amanhã, dia 29/01/2019, às 17 horas.

3. Vigilância Sanitária: A equipe informou aos profissionais da Vigilância Sanitária Municipal que estavam presentes no “Centro de Comando – Faculdade Asa” sobre a ocorrência de comida em má qualidade, que estava sendo servida fria e azeda, violando o direito à alimentação adequada na comunidade de Parque da Cachoeira.

4. Reunião com a Vale S.A: Ocorreu, às 16 horas, reunião entre a Vale S.A , MPMG, DPU, DPE, Estado de MG, para tratar do acolhimento aos atingidos e detalhamento do cumprimento de liminar, cuja ata segue anexa.

M. Andréa Borges David
Assessora do PGJ/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor do MPMG/ Cimos



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 19



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 15



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

RELATÓRIO SÍNTESE
28/01/2019

Trata-se de relatório síntese do levantamento inicial da situação de acolhimento das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 28 de janeiro de 2019, em atendimento à determinação do Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Foram observadas as seguintes situações:

1. “Cadastros” e Formulário de levantamento de informações preliminares sobre as pessoas atingidas: No período matutino, foi realizada reunião interinstitucional (Sec. Estado de Impacto Social, Prefeitura de Brumadinho, MPMG / CIMOS), com a participação da sociedade civil organizada e de grupo acadêmico, na qual foram debatidos temas relacionados ao “cadastro” que vinha sendo aplicado, especialmente em relação às impropriedades constadas no dia anterior. Foi produzido um novo modelo, denominado “Formulário de levantamento de informações preliminares sobre as pessoas atingidas”, sendo estabelecendo fluxos para sua execução. Foi enfatizada a necessidade de execução e gestão fosse realizada por entidade independente da empresa causadora do dano. No período vespertino foi informado pela secretaria de estado que estava sendo desenvolvido um sistema de aplicação informatizado pela PRODEMG e que inicialmente a aplicação ficaria a cargo dos agentes de saúde do município de Brumadinho. Também no período vespertino foi realizada reunião do MPMG com a Vale S.A., na qual ficou acordado que ela poderia realizar apenas um registro de atendimento com dados de identificação das pessoas atendidas e que a empresa *Synergia* não iria mais realizar aplicação de cadastros. Foi informado pela Vale S.A que a empresa *Ampló* está trabalhando para a Vale realizando uma prospecção / mapeamento das comunidades ribeirinhas que podem ser atingidas e necessitar de apoio, mas que não faria nenhuma ação de “cadastramento” ou preenchimento de formulários.

2. Comunidade Parque da Cachoeira: Ocorreu , às 14 horas, assembleia na comunidade “Parque da Cachoeira”, com a presença do MPMG, DPU e DPMG. Foi observa a falta de informação e orientação sobre diversos temas. Também foi observada a presença de diversas órgãos de imprensa



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 20



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 16



RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 29 de janeiro de 2019.

1. Presença na reunião da Comunidade Parque da Cachoeira:

- a. Foi realizada hoje a terceira reunião na comunidade Parque da Cachoeira organizada pelos comunitários, organizada pela Comissão de Atingidos local;
- b. Os comunitários apresentaram suas demandas à Vale S.A., sendo elas: 1) auxílio emergencial para todos os moradores do bairro; 2) auxílio mensal para todos os moradores; 3) garantia de aluguel para as pessoas que tiveram suas casas e quintais atingidas pela lama; 4) psicólogo para atender todos os moradores do bairro Parque da Cachoeira; 5) auxílio mensal para todos os agricultores. Sendo que a demanda sobre pagamento de renda (1, 2, 3 e 5) a Vale S.A. argumentou que só poderá pagar após a finalização dos formulários e que as demandas fossem objetivadas, sendo que sobre a presença de psicólogos foi prontamente solucionada; Para os técnicos da Cimos a questão da renda apresenta-se como a questão mais importante a ser tratada nos próximos dias, pois uma parcela dos atingidos perdeu a fonte de renda (por exemplo, no Parque da Cachoeira muitas pessoas dependiam das hortas existentes no local e que foram atingidas pela lama);
- c. Os comunitários foram informados sobre a decisão judicial obtida no dia 26 de janeiro e a ata da reunião do 28 de janeiro que detalha os termos da decisão;
- d. Um dos atingidos falou sobre a falta de atingido nas reuniões das autoridades públicas;
- e. Na reunião estavam presentes o presidente da OAB de Brumadinho e presidente da comissão de ética também da OAB local que alertaram sobre os oportunistas que chegam de fora para aproveitar da fragilidade da comunidade (citou o caso de um advogado que teria vindo do Espírito Santo), mas destacavam o tempo em suas falas a possibilidade dos atingidos entrarem com ações individuais para garantirem seus direitos;
- f. Foi dito por uma pessoa atingida presente na reunião que a Vale S.A. ligou para uma das pessoas atingidas (pequena agricultora e liderança de uma localidade chamada Horta, mas que é moradora do Parque da Cachoeira) para reunião no dia seguinte às 9 horas – ela achava que era para negociação; Para os técnicos da Cimos trata-se de tentativa de desmobilização das reivindicações coletivas da comunidade por meio de negociações individuais.

2. **Segurança pública:** as pessoas presentes na reunião - dita acima - afirmaram que aumentou o policiamento no local e que os saques cessaram, revelando eficácia do policiamento ostensivo e constante na região;

3. **Apoio em oitiva:** Por fim, foi prestado apoio à promotoria local na tomada de oitivas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro

4. **Reunião com os pequenos produtores rurais:** Foi realizada uma reunião específica com os pequenos agricultores que trabalhavam como meeiros ou agregados de fazendeiros na região conhecida como Horta. Participaram dessa reunião representantes da FETAEMG e MAB, além da CIMOS. Os pequenos agricultores que perderam seus plantios estão sem recursos para pagamento de suas contas mensais além de terem perdido o investimento que fizeram na terra e o produto que comercializariam para quitar as dívidas contraídas. Entre estes, existem alguns que vivem de aluguel e estão ameaçados de despejo caso não paguem o aluguel. Foi recomendado que eles se reúnam o quanto antes para levantar objetivamente os valores necessários para suas despesas diárias/mensais e orientados a entregarem a solicitação à VALE S.A.

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor
Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor
Cimos/MPMG





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

RELATÓRIO SÍNTESE
30/01/2019

Trata-se de relatório síntese do levantamento inicial da situação de acolhimento emergencial das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 30 de janeiro de 2019, em atendimento à demanda da Força Tarefa para tratar do caso rompimento da Barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, de responsabilidade da Vale S.A.

Foram observadas as seguintes situações:

1. Visita de campo- imediações do Córrego do Feijão : Nesta data ocorreu à primeira vista de campo à comunidade de Córrego do Feijão, nas imediações do local atingido pelos rejeitos. Foi visitada casa de um morador atingida pela lama, Sr. Sérgio, que teve parte de seu terreno e da casa coberta pelos rejeitos, com a lama chegando à varanda se sua porta. Em que pese todos enormes impactos visualmente constatados, assim como o fato dele continuar residindo na casa com a varanda parcialmente invadida pela lama, em relação às demandas emergenciais ele mencionou as seguintes:

a) Resgate de uma vaca que está ilhada em meio à lama próximo à sua casa, e para a qual já tem sido fornecida alimentação e água. A promotora de justiça Dra. Cláudia Spranger, fez contato com a Força Tarefa repassando a demanda de resgate da Vaca;

b) Seu "caseiro", cuja casa foi destruída pela lama, encontra-se hospedado em casa de parentes, por não querer ir para hotel e nem ficar longe da comunidade. O desejo do seu caseiro é que seja custeado aluguel de imóvel na própria comunidade e pelas informações que ele tinha até o momento a Vale S.A. ainda não está atendendo os pleitos de aluguel de imóveis na comunidade.

2. Reunião na Comunidade Córrego do Feijão: Foi realizada reunião com os moradores comunidade Córrego do Feijão, que contou com a participação da DPU, DPE, MPMG (CIMOS e CAO-DH), e representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH. Ata da



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 23



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 19



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

Reunião estava sendo elaborada pela missão do CNDH. Em relação às situações emergenciais de violações de seus direitos, foi apresentado pela da comunidade:

a) Que a comida enviada à comunidade pela Vale S.A chegou fria e azeda em todos os dias anteriores, com exceção de hoje, primeira data em chegou em condições minimamente aceitáveis;

b) que o morador de nome "Claiton Cândido da Silva" está desabrigado pelo fato dos helicópteros de resgate que pousam na comunidade terem destelhado a sua casa e até o momento a Vale S.A não atendeu o seu pedido de ir para uma outra residência na comunidade, mesmo ele tendo feito o preenchimento de formulários de solicitação e cobrado várias vezes aos atendentes da Vale S.A presentes na comunidade. Asseverou a emergência da situação, pois, a sua residência sem nenhuma condições de moradia, pede providências para esta data;

c) Que os atestados de óbito das vítimas fatais do rompimento da barragem de rejeitos de córrego do feijão estão sendo emitidos, no campo denominado "Local", com a seguinte inscrição: "Evento em Brumadinho". Essa inscrição está provocando profunda indignação e constrangimento dos parentes e moradores da comunidade, que mencionaram que acham extremamente desrespeitoso o uso do termo "evento", que remete a coisas positivas, como shows, festejos e não à ao trágico rompimento da barragem de rejeitos de Córrego do Feijão em Brumadinho;

d) que os moradores tem tido muitas limitações no seu direito de ir e vir, pois as ligações com a Cidade de Brumadinho estão interrompidas (algumas pelos rejeitos outras por limitações, ou restrições que tem sido estabelecidas em algumas áreas) pedem providências no sentido de restabelecer a ligação com Brumadinho, informando que entendem que é soluções possíveis de serem implementadas sem muitas dificuldades;

e) Que o posto de atendimento da Vale S.A na comunidade não tem prestado um bom acolhimento da comunidade, dificultando a presença no local e tratando os moradores de forma desrespeitosa, assim como, tratando de forma ríspida os integrantes da sociedade civil organizada que tem prestado apoio e solidariedade às famílias;

f) Relataram a falta de informação generalizada sobre diversas questões.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 24



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 20



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

Após a reunião a Promotora de Justiça Claudia Spranger solicitou a representante da Vale, Sr. Stanislau Klein, via ligação telefônica, providências urgentes em relação às questões apresentadas pelas comunidades, e fez contatos telefônicos em relação aquelas que se referem a outras instituições.

Os membros da comunidade manifestaram o desejo de se auto-organizarem coletivamente para buscarem a efetivação de seus direitos. Solicitaram que as instituições públicas presentes na reunião continuem atuando e prestando auxílio à Comunidade. Agendaram outra assembleia para o dia 01/02/19, sexta feira, às 16 horas, a ser realizada com a presença das instituições públicas.

- 3. Comunidade Parque da Cachoeira.** Integrantes da comunidade de Parque da Cachoeira informaram, via contato telefônico, que a forte chuva que caiu na tarde de hoje agravou a situação da comunidade, já afetada pelos rejeitos. Tais informações foram repassadas à Defesa Civil.
- 4. Ausência da Vale em reunião:** Integrantes da equipe do MPMG que se deslocaram nesta data para reunião interinstitucional agendada com a Vale S.A no "Centro de Comando – Faculdade Asa", informaram que nenhum representante da empresa Vale S.A. compareceu na reunião que havia sido marcada para as 11 horas de hoje (30/01/19), conforme havia constado no item 05 das obrigações assumidas na memória de reunião realizada no dia 28/01/2019.

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista da Cimos
Cimos/MPMG

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor
Cimos/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 25



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 26



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 22



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

RELATÓRIO DE VISITA AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) E HOTEL INTERCITY BH

I. Caracterização da Visita

Data de realização da visita: 31/01/2019

Objetivo: Verificar o atendimento dispensado às pessoas atingidas pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho no dia 25/01/2019.

Composição da equipe: Promotora de Justiça Dra. Janaina Dauro e as servidoras Giovana Sabino e Bárbara Magalhães.

II. Introito

O presente relatório atende à solicitação da Promotora de Justiça Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta, em face de sua atuação na força tarefa instituída para fazer frente à tragédia de Brumadinho, e que possui representantes do MPMG, MPE, MPT, AGE, Defensoria Pública do Estado, Polícias Civil e Militar de Minas, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

III. Informações gerais

III.1 IML e ACADEPOL

No IML fomos recebidas por investigadores que, a pedido da Dra. Janaina Dauro, nos levaram até o cartório onde estão sendo realizados os

GS



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 27



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 23



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santa Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

registros de óbito. De acordo com o representante do TJMG que lá se encontrava, André Saldanha, em caráter de urgência, através da Portaria Conjunta nº 9/PR-TJMG/2019, foi implantada no IML unidade integrada de Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais com o escopo de tornar célere o procedimento de registro de óbito e, por conseguinte, a liberação do corpo para sepultamento ou cremação.

In locu, Dra. Janaina teve acesso às certidões de óbito emitidas no cartório, tendo chamado a atenção para as seguintes questões: as certidões de óbito até então expedidas, no campo local do falecimento constavam os dizeres "Evento de Brumadinho", e no campo data e hora do falecimento constava "vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezenove, às 00h00min".

Dra. Janaina consignou que a palavra evento estava sendo questionada pelos parentes das vítimas, haja vista que compreendem tal expressão como algo que remete à festividade. Quanto ao horário de 00h00min, Dra. Janaina asseverou que este horário é anterior ao rompimento da barragem que ocorreu por volta das 13h00 do dia 25/01/2019, razão pela qual temia que a sobredita divergência pudesse trazer algum tipo de problema aos familiares das vítimas.

Os funcionários do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 4º Subdistrito de Belo Horizonte afiançaram que, quanto à expressão evento, apenas transcreviam as informações da declaração de óbito preenchida pelo médico legista, mas as próximas certidões iriam constar apenas Brumadinho.

No tocante ao horário do falecimento, aferiu-se que o problema já tinha sido percebido, decorrente do sistema operacional utilizado. As correções que

08



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 28



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 24



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodb@mpmg.mp.br

estavam sendo realizadas já permitiam que o horário da morte constasse como "ignorado", coadunando-se com a realidade fática.

Durante a visita ao Instituto Médico Legal, o coordenador, Dr. Mário, asseverou que a empresa Vale S.A. tem prestado todo apoio logístico ao IML, como por exemplo, água, alimentos e insumos para a realização do reconhecimento dos corpos. Outrossim, informou estarem presentes no IML duas funcionárias da Vale, seja para prestar informações aos familiares das vítimas, seja para atender demandas do IML. Adite-se que a Vale S. A. contratou duas funerárias (Dom Bosco e Metropax) para o atendimento aos parentes das vítimas. Foi acordado que as funerárias somente entram no IML após a liberação dos corpos.

Ainda segundo o coordenador do IML, no que tange à realização do reconhecimento dos corpos, primeiro priorizou-se a identificação através das digitais e, em sequência, exame odontológico legal e confrontação de DNA.

Destacou como sendo uma preocupação da Polícia Civil a catalogação e documentação do que tem recebido em caráter de doação. Com efeito, a fim de atender de maneira célere e eficaz as demandas decorrentes da Tragédia de Brumadinho, o Instituto Médico Legal, não obstante as dificuldades já enfrentadas com a escassez de recursos humanos e materiais, tem-se empenhado em observar as formalidades para o recebimento das doações. Nesse sentido, coube aos servidores do CPD relacionar o material recebido para subsequentemente confeccionar os respectivos termos de doação.

GS



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 29



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 25



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

Outra questão problemática é o déficit de auxiliares de necropsia, o que demanda a contratação urgente de tais profissionais. Neste tocante, importa consignar que a deficiência já era conhecida pelos órgãos públicos e especialmente o Ministério Público, com a extinção do cargo de auxiliar de necropsia. Os profissionais estão sobrecarregados, realizando plantões seguidos, sendo certo que o ápice de demanda está para vir.

Ainda quanto ao auxiliar de necropsia, destacou a importância do trabalho desempenhado pelo único profissional desta espécie existente no setor de antropologia, que será ainda mais demandando com o decorrer do tempo.

Quanto ao número de médicos, informou ser suficiente a quantidade de profissionais que se encontra à disposição do IML.

A Diretora da ACADEPOL, Dra. Sinara, apresentou a estrutura organizada pela Polícia Civil dentro da ACADEPOL, onde funciona: perícia e coleta de material, atendimento da Secretaria Estadual de Saúde, acolhimento social, cadastro dos desaparecidos, coleta de dados físicos (material de antropologia).

III. 2 Hotel Intercity BH

No Hotel Intercity BH fomos recebidas pela Defesa Civil que nos conduziu até a sala de coordenação de atendimento da Vale S.A.. Segundo informações colhidas no local, há revezamento de três turnos de coordenação da Empresa, que reservou 150 quartos do Hotel Intercity para atender aos atingidos

65



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 30



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 26



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

pelos rompimentos das barragens de Brumadinho, sendo que, na presente data, encontravam-se hospedados no hotel 31 pessoas vítimas do desastre em tela.

Segundo a coordenadora de turno Liane, funcionária da Vale S.A., no Hotel Intercity, as pessoas passam por acolhimento psicossocial, recebem roupas e materiais de higiene pessoal, atendimento médico e de assistentes sociais, auxílio logístico com deslocamentos. Assinalou que as pessoas atendidas pela Vale no sobredito hotel, em regra, tratam-se de desabrigados que perderam tudo, ou que se encontravam em área identificadas como sendo de risco após o desastre.

Em arremate, Liane salientou que a coordenação realiza comunicação externa com a MAC, que são escritórios da Vale S.A onde estão localizados os comitês de crise e subcomitês.

IV. Necessidades demandadas

IV.1 IML

1. Contratação em caráter emergencial de auxiliares de necropsia. Segundo o Coordenador Dr. Ricardo, existe uma lista de 10 (dez) profissionais com perfil para exercer a função de auxiliar de necropsia, que são basicamente técnicos de enfermagem por formação. A par desta, elaborou-se um perfil profissiográfico para a contratação emergencial;
2. Auxílio nas questões burocráticas afetas às doações, pois há o temor de que, futuramente, tais doações possam ser questionadas sob a conotação de favorecimento, reiterando ainda a situação de deficiência preexistente à

GS



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 31



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 27



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

- tragédia e exponencialmente aumentada em decorrência do rompimento da barragem;
3. Disponibilidade de funcionários temporários para catalogar doações recebidas no IML, exercendo a função no CPD;

IV. 2 Hotel Intercity

1. Acesso dos assistentes sociais da Vale S.A. ao IML, permitindo o acompanhamento dos familiares até o IML, lá transferindo-os à equipe assistencial do próprio Instituto;
2. Compartilhamento da lista diária atualizada de familiares das vítimas convocados para atendimento pelo IML, permitindo que as equipes da empresa possam repassar as orientações subseqüentes a estes familiares, caso venham a procurar pelos postos de atendimento.

GS



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 32



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 28



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)
Rua Dias Adorno, 367, 6º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-100
Telefone: 3330-8394 - e-mail: caodh@mpmg.mp.br

Ofício 04/2019-CAO-DH

Assunto: Solicitação de informações

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2019.

Exmo. Sr. Superintendente de Polícia Técnico-Científica,

A par de cumprimentá-lo, venho por meio deste solicitar que informe, quantitativa e qualitativamente, quais equipamentos, insumos, serão necessários para realizar o trabalho de identificação de corpos encontrados em meio a lama e rejeitos decorrentes do rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão/Brumadinho.

Sem mais, aproveito o ensejo para enviar votos de estima e consideração, ressaltando que o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Apoio Comunitário e Controle Externo da Atividade, está à inteira disposição.

Claudia Spranger e Silva Luiz Motta
Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)

Excelentíssimo Sr.
Thales Bittencourt de Barcelos
Superintendente de Polícia Técnico-Científica (SPTC)
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte/MG Belo Horizonte/MG

GS



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 33



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 29



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 34



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 30

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Força Tarefa - Brumadinho

Em 31 de janeiro de 2019, às 18 horas, na Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais, do Ministério da Cidadania, da Presidência da República, da Secretaria de Estado de Impacto Social, da Advocacia Geral do Estado e da Secretaria Municipal de Saúde, todos identificados na lista de presença que segue anexada, reuniram-se para tratar de encaminhamentos possíveis para a ação dos órgãos estatais envolvidos na defesa dos direitos humanos e sociais dos atingidos pelo rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira iniciou a reunião, informando que o encontro havia sido solicitado pela representante da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Cidadania, Maria Yvelônia, para tratar de assunto afeto à governança dos poderes públicos em relação aos desdobramentos para a proteção dos atingidos pelo rompimento da barragem da empresa Vale, em Brumadinho.

Maria Yvelônia informou que havia se reunido com representantes da Secretaria de Estado de Impacto Social e da Assistência Social do Município, com o objetivo de prestar assessoria técnica para a elaboração de um Protocolo de Atendimento emergencial para os atingidos. Informou, ainda, que o Ministério da Cidadania possui uma proposta de capacitação das equipes técnicas que vem prestando atendimento socioassistencial no município. Argumentou sobre a importância de que, no município, fosse criada uma Comissão Operativa de Emergência que pudesse atender as demandas da Assistência Social e Direitos Humanos, da forma como já se formou na Saúde. Informou, também, que o MCID havia participado, em conjunto com os demais atores locais, na construção de um formulário emergencial único, para evitar a aplicação de diferentes formulários por diferentes instituições. Por fim, ressaltou a necessidade de que se buscasse uma forma de contratação, pela Vale, de mais profissionais para o atendimento dos atingidos.

Considerando a resistência da população em ser atendida pelos profissionais contratados pela Vale, constatada pelos diversos órgãos envolvidos, concluiu-se, entre os presentes, pela necessidade de que fossem asseguradas equipes técnicas de servidores municipais para o atendimento dos atingidos. Para tanto, mostra-se indispensável o levantamento, por parte da Assistência Social



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 35



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 31

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e da Saúde, do número de profissionais necessários para a garantia do atendimento, o que será demandado pelo Ministério Público às Secretarias envolvidas.

Lilian Santos, assessora do Prefeito Municipal de Brumadinho, ressaltou que já existe no município um processo seletivo simplificado em andamento e que há vários profissionais habilitados. Dessa forma, sugere que esse PSS seja utilizado e que se dê prioridade para esses profissionais, mediante contratação temporária.

Iniciou-se uma discussão sobre a possibilidade de se repassar recursos da Vale ao município para a quitação da folha de pagamento desses servidores contratados a título extraordinário. O Procurador da República Malê lembrou da medida de ressarcimento de gastos extraordinários adotada em situação semelhante, em relação à Samarco, no Vale do Rio Doce. Foi concluído que seria estudada pelo Ministério Público a melhor forma de encaminhamento dessa proposta e que uma reunião com o Município de Brumadinho e a Vale seria realizada no dia 01 de fevereiro de 2019, às 10 horas, na Faculdade Asa, para discussão desse assunto.

Lilian informa que, uma vez solucionada a questão referente ao financiamento, possui condições de efetuar as contratações em um prazo de 3 dias.

Uma vez contratadas as equipes, foi definido que a Secretaria de Estado de Impacto Social efetuará a sua supervisão via COE e que o MCID se responsabilizará pela sua capacitação. Foi definido, ainda, que os servidores da Secretaria de Impacto Social continuariam cedidos para as ações em Brumadinho, até que fosse possível a contratação dos servidores municipais.

Em seguida, foi destacado por alguns dos presentes queixa da população de Brumadinho em relação à identificação dos profissionais contratados pela Vale para prestação de atendimento no Município. Foi informado que muitos desses profissionais estão identificados como "voluntários", mas na realidade são pessoas contratadas pela empresa Vale. Ressaltou-se a necessidade de que a Vale fosse recomendada a identificar corretamente os profissionais a seu serviço.

Ainda em relação aos voluntários, foi informado sobre a denúncia feita pela presidente do Conselho Regional de Psicologia, no sentido de que algumas organizações da sociedade civil estariam levando voluntários para o município de Brumadinho e que esses voluntários estariam aplicando aos atingidos formulários próprios. Informou que esses serviços estão sendo prestados de forma desorganizada e desarticulada, podendo vir a gerar a revitimização dos atingidos. Foi definido como encaminhamento que a representante do



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 36



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 32

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ministério Público Estadual, Paola Nazareth, solicitaria ao Gabinete de Inteligência da PGJ apoio para a identificação dessas organizações que vem prestando serviços voluntários no município, a fim de se planejar uma ação de orientação e de definição de fluxos.

Foi trazida à tona, ainda, a questão da tribo indígena, localizada em São Joaquim de Bicas, que teria sido impactada pelo rompimento da barragem, por não mais poder utilizar a água do rio. Foi definido que o MPF faria o monitoramento dessa situação.

Por fim, foi sugerido, como encaminhamento, a realização de reuniões diárias com a Vale para encaminhamento das demandas detectadas junto à população do município.

Brumadinho, 31 de janeiro de 2019.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 37



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 33



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 38



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 34

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO: FORÇA TAREFA BRUMADINHO

LOCAL: Sala Minas Gerais - MP

DATA/HORÁRIO: 31 de janeiro de 2019

1. MARIANO OLIVEIRA - MPMG - (31) 99949-4953
2. RENATO SALDANHA DE ARAÚJO - AGENCIA (31) 992045637
3. Antônio Lopes de Carvalho Filho - Defensoria Pública MG. (32) 99935-0055
4. Eduardo Nunes de Azevedo - DPU/DNDH. (61) 985029077
5. Sabrina Nunes Vieira - DPU/MG. (32) 988032939
6. M. Andréa Borges David - MPMG (31) 99619-7775
7. Paula Domingues B. R. Nazareth - MPMG (31) 98387-5467
8. Elizabeth Juca e Nello Jacomelli. - SEDESE/SEDPAC (32) 99123-0780
9. Don Miguel de Souza - MPF/PRDC (31) 982224505
10. MALE DE ARAÚJO FRAZÃO - MPF (27) 992352775
11. Lillian Ferreira Santos - SQUOE BRUMADINHO (31) 97133-1526
12. Maria Yvânia Barbosa - minist. cidadania (61) 98230-7598
13. Fernando Victor Alves Belarmino de Macedo (61) 98119-5345
14. MARCO GARBELOTTI (marco.garbelotti@uds.gov.br) (61) 999789459
15. SUZANA OLIVEIRA (SUZANA.OLIVEIRA@procuradoria.gov.br) (61) 993918139
16. Jussaida P. Meira (jussaida.meira@procuradoria.gov.br) (61) 99221-6756
17. Claudia Spranger - claudispranger@mpmg.mg.br
3330 8394
- 18.
- 19.
- 20.





Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 40



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 36

MEMORIA DE REUNIÃO
FORÇA-TAREFA BRUMADINHO

Aos 04 de fevereiro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, na Faculdade Asa, no município de Brumadinho, reuniram-se as pessoas identificadas na lista de presença que segue anexa a esta ata, com o objetivo de discutir encaminhamentos a serem dados na defesa dos direitos humanos e sociais dos atingidos pelo rompimento da barragem da Vale do Rio Doce no Córrego do Feijão.

Dr. Márcio Oliveira deu início à reunião, informando que o encontro tem por foco a discussão dos atendimentos psicossociais aos atingidos, conforme determinado na decisão liminar proferida nos autos da ação cautelar proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a empresa Vale.

A partir do levantamento solicitado pelo Ministério Público ao Município, em relação ao número de profissionais que seriam necessários para o atendimento às demandas excepcionais decorrentes do rompimento da barragem, a Secretária Municipal de Assistência Social, Iracema, informou que a Saúde e a Assistência Social fizeram um levantamento inicial de 142 profissionais. Informou que os custos dessas contratações ainda não foram concluídos, mas que fará a entrega hoje a tarde de um levantamento de estimativa do custo semestral. Entregou, neste ato, o Decreto de calamidade pública do município, que foi publicado no dia 21 de janeiro de 2019. Foi informado pelo Procurador do Município de Brumadinho que existe a Lei Municipal nº 2.411/18, que admite as contratações temporárias em caso de calamidade pública.

Em relação ao prazo para as contratações, foi informado pela Secretária Iracema que no Processo Seletivo Simplificado em andamento há já 25 assistentes sociais, 20 psicólogos e 5 advogados, mas que o objetivo inicial do município seria a contratação de apenas 4 profissionais, para atendimento aos serviços da Assistência Social.

Considerando que os habilitados no PSS não serão suficientes para o atendimento de todas as vagas necessárias, sugeriu-se ao Município que fossem contratados via PSS apenas os 04 profissionais que o Município inicialmente contrataria. Sugeriu-se ainda, tendo em vista que a Lei municipal autoriza a contratação de pessoas independente de processo seletivo, que todos os profissionais que serão contratados por força da calamidade pública o sejam pela mesma forma, via publicação de edital.

As representantes do Movimentos de Atingidos por Barragem (MAB) demonstraram preocupação com a capacitação dessas equipes municipais que farão atendimento à população, sobretudo às crianças e adolescentes. Dr. Márcio informou que o Ministério da Cidadania já está se organizando para garantir a capacitação dessas equipes. Dr. Sérgio informou que a Vale conseguiu uma equipe do Hospital Albert Einstein especializada em traumas e essa equipe já está trabalhando em conjunto com o Município, via COE da Saúde.

Dr. Sérgio apresenta questionamento em relação ao número de profissionais que foram elencados no levantamento do Município, se seriam ou não suficientes para o atendimento integral à população. Em relação a esse tópico, ficou esclarecido entre todos os presentes que



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 41



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 37

o levantamento ora apresentado é inicial e, portanto, sujeito a monitoramento e revisão a qualquer tempo, caso demonstrada a necessidade de ampliação do número de profissionais. Para tanto, recomenda-se ao município que no edital a ser publicado, sejam definidas vagas em cadastro de reserva.

Foi sopesado pela DPU que a contratação de advogado prevista no edital deverá abranger tão somente profissionais de Direito para orientação jurídica da estrutura de proteção social.

O Secretário Adjunto da SMS, Dr. Geraldo, informou que hoje estão integrados com o serviço de saúde mental do município os profissionais das seguintes instituições, trabalhando de forma voluntária: Conselho Regional de Psicologia, Cruz Vermelha e Médicos sem Fronteiras. Também presente nessa reunião a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, embora ainda sem credenciamento ao município. Todos esses profissionais estão identificados com coletes e crachás. Tendo em vista que em breve esses voluntários não mais estarão no município, foi pactuado com a Secretaria de Saúde uma revisão do número de profissionais levantados para o atendimento psicossocial das famílias.

Iracema informa que o edital para contratação será publicado amanhã e que, até a próxima semana, seria possível essa contratação:

No que tange aos voluntários na área da Assistência Social, não houve nenhum cadastramento por parte da Secretaria. Foi solicitado pelo Ministério Público estadual que SMAS fizesse esse levantamento para garantia de integração da rede.

Dr. Márcio destacou que os repasses a serem eventualmente feitos pela Vale para cobertura das contratações extraordinárias deverão ser depositadas em conta bancária específica, a fim de possibilitar maior transparência e controle público desses recursos.

Em seguida, passou-se para um segundo ponto de pauta, que seria o atendimento dos profissionais da Vale nos postos de atendimento, tendo em vista o surgimento de alguns problemas a seguir elencados: a notícia de que alguns profissionais contratados pela Vale estariam trabalhando identificados como voluntários; insegurança de alguns profissionais médicos que estariam sendo rejeitados e ameaçados nos postos de atendimento; constatação de ociosidade de alguns profissionais médicos nas comunidades; os atendimentos feitos pelos profissionais da Vale não entram no cadastro do SUS e, portanto, não entram no dimensionamento da demanda pelo SUS; foi constatado em Mariana que profissionais da Psicologia contratados pela Vale estariam sugerindo aos seus atendidos que não buscassem a defesa dos seus direitos; há preocupação em relação ao estabelecimento de nexos causais entre as doenças que estão sendo identificadas pelos profissionais médicos da Vale, sobretudo aquelas que decorrem de contaminação, etc.

Foi relatado pelas representantes da MAB que os atingidos estão se sentindo "encurralados" pelas equipes da Vale e que o ideal seria que as equipes da Vale fossem afastadas nas comunidades Córrego do Feijão e Parque das Cachoeiras. Regiane informa que essa é a opinião geral da comunidade de Parque da Cacheira.

Em relação a esses problemas, foram feitos os seguintes encaminhamentos:

1. Considerando que as Defensorias Públicas da União e do Estado estão atendendo nas comunidades afetadas pelo rompimento da barragem, qualquer denúncia sobre os atendimentos fornecidos pela equipe da Vale podem ser prontamente encaminhados à Defensoria Pública ou, alternativamente, nos canais de comunicação de denúncias,



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 42



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 38

como a Ouvidoria dos órgãos de fiscalização. Oportunamente, as instituições da Força Tarefa delinearão entre si o fluxo de distribuição das reclamações recebidas pela Defensoria Pública, de acordo com cada caso.

2. Serão divulgados nas comunidades os dias e horários de atendimento dos serviços públicos e dos órgãos de fiscalização;
3. Os pontos de atendimento de PSF atualmente existentes no Córrego do Feijão e Parque das Cachoeiras passarão a funcionar com atendimento em horário integral;
4. Os registros feitos pelos profissionais da Vale estão sendo repassados para a equipe de Vigilância da Secretaria Municipal de Saúde;
5. Considerando a resistência das comunidades Córrego do Feijão e Parque das Cachoeiras em ser atendidas por profissionais da Vale, o Município irá substituir integralmente as equipes da Vale por servidores municipais nessas duas localidades, nas áreas de Saúde e de Assistência Social, e alocará os profissionais da Vale em outros postos de atendimento, imediatamente após as contratações;
6. O MAB informará às comunidades atingidas que a coordenação dos atendimentos nos postos de atendimento será feita, desde logo, pelo Município;
7. Todos os profissionais da Vale passarão a ser identificados como tal, sem menção à atuação voluntária.
8. Será implementado o fluxo e o Protocolo de Atendimento traçado pela Assistência Social, compartilhando-o com o Vale e iniciado o funcionamento do COE da Assistência Social;
9. A Secretaria de Impacto Social divulgará, de dois em dois dias, um boletim com notícias atualizadas à população.
10. Serão realizadas reuniões de alinhamento e avaliação das ações todas as segundas-feiras, às 10 horas, envolvendo as instituições presentes.

Brumadinho, 04 de fevereiro de 2019.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 43



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 39



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 44



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 40

Visita realizada em 05/02/2019, pela Sedese (Rejane, Paula e Amanda) e CAO-DH (Ildomar Braz e Giovana Sabino) aos Hotéis Intercity (BH), Goinn (BH) e Casa Blanca (Betim).

No Hotel Intercity estão hospedados três grupos pessoas: pessoa/família desalojada, familiares de desaparecidos que acompanham as buscas, e pessoa/família que se sente insegura para retornar à sua moradia em Brumadinho. De acordo com a lista disponibilizada pela Vale, atualmente, o Intercity hospeda 29 pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão. Entretanto, pode-se perceber que haviam pessoas atingidas pelo rompimento da barragem que estavam hospedadas no Intercity, mas não constavam na lista apresentada. A Vale montou no local toda uma estrutura onde há coordenação, assistência social, atendimento médico, bem como um espaço destinado às doações.

No Hotel Blanca encontra-se hospedado apenas um homem que aguarda notícias da filha desaparecida, assim como o restabelecimento de duas parentes que se encontram hospitalizadas, ambas atingidas diretamente pelos rejeitos da barragem.

No Hotel Goinn não há mais hóspedes de Brumadinho. Segundo informações de funcionário do hotel, um ônibus da Vale transportou os hóspedes para outros hotéis e pousadas.

A Sedese aplicou formulário de registro de informações emergenciais. Em linhas gerais observou que:

1. a maioria das pessoas não participaram de qualquer assembleia que tenha por objeto de discussão o rompimento da barragem;
2. não receberam o auxílio de 100.00,00, seja porque não procuraram, seja porque não apresentaram toda a documentação necessária;



3. alguns relatam dificuldades na obtenção de transporte para o traslado Belo Horizonte/Brumadinho e outros destinos;

4. uma hóspede do Intercity disse que sente estar sendo monitorada, vigiada no hotel, a todo momento;

5. outra hóspede também do Intercity comentou que, há cerca de seis meses a um ano, funcionários da Vales visitaram moradores que residiam nas proximidades da barragem da Mina Córrego do Feijão, ocasião em que foi realizado um cadastro socioeconômico das famílias, registrando tudo o que possuíam, inclusive animais;

6. uma das principais reivindicações dos hóspedes é a concessão de um aluguel social até que sobrevenha a realocação e moradia definitiva.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 46



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 42

Relatório

Hoje, 05/02, foram realizadas visitas nas pousadas localizadas em Casa Branca, situação em que conversamos com famílias anteriormente residentes em Pires e Córrego do Feijão, que foram desalojadas, no domingo, devido à situação de risco de suas casas. Em tais conversas, foram observadas os seguintes pontos:

- as famílias alojadas na Pousada Jangada dos Tucanos relataram que a pousada está disponível somente até o domingo e até o momento não houve contato sobre o novo local de acolhimento, assim, em razão da proximidade com o início do ano letivo, desejam ir para algum imóvel alugado no centro de Brumadinho.
- as famílias não estão sendo devidamente informadas acerca da situação de suas casas, bem como se as mesmas continuam em situação de risco;
- as famílias residentes na região do Pires relataram que suas casas estavam sendo saqueadas após sua saída, e por isso algumas pessoas retornaram sem a devida autorização e segurança. Em razão do fato, questionaram acerca do ressarcimento dos bens furtados;
- as famílias desejam laudo da Defesa Civil e/ou do Corpo de Bombeiros que ateste a segurança de suas casas, antes de seu retorno;
- foi informado a algumas famílias sobre a possibilidade de retorno para suas casas, contudo sem laudo técnico ou documento equivalente;
- algumas famílias relataram o desinteresse em retornar para suas casas, mesmo com a existência de laudo, tendo em vista a perda de parentes, amigos e receio de rompimento de outras barragens;
- na ausência do laudo, manifestaram o desejo de que a Vale pague o aluguel de moradias em Brumadinho, em razão do início do ano letivo, falta de privacidade nas pousadas/hotéis, etc;
- várias pessoas relataram que perderam sua fonte de renda, o que tem gerado muita preocupação tendo em vista as despesas das famílias e pendentes de pagamento;
- as famílias apontaram que a Vale não tem fornecido o devido transporte, não havendo em uma das pousadas nem a possibilidade de pedido de deslocamento por ausência de sinal de telefone. Outros relataram a demora no atendimento da demanda;
- foi relatado por uma atingida o aparecimento de manchas em sua pele e de seu filho, após contato com a lama. Tal contato se deu quando tentaram salvar peixes do córrego



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 47



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 43

próximo a moradia. Ambos foram atendidos por médico fornecido pela Vale no hotel Go In, mas sem a realização de exame específico;

- as pessoas relataram que a abordagem das psicólogas da Vale não tem sido adequada, discutindo a responsabilização da empresa em relação às mortes decorrentes do rompimento da barragem, bem como o atendimento de uma mesma pessoa por diferentes psicólogos;

- uma das pessoas atingidas relatou que a alimentação não está adequada a sua condição de saúde, tendo em vista que tem pressão alta e a comida fornecida é feita com muito sal. Foi relatado ainda que o fornecimento de frutas e verduras não tem sido satisfatório. Em uma das pousadas chegaram frutas quase apodrecendo;

- foi relatado que algumas pessoas não estão recebendo os medicamentos necessários, sem padronização de horário, o que dificulta seguir prescrições médicas;

- foi relatado dificuldade na comunicação das famílias devido à ausência de sinal de telefone, ou perda dos aparelhos;

- as famílias não estão sendo informadas acerca das assembleias com os atingidos, de modo que estão isolados das decisões que estão sendo tomadas;

- em todos os locais foi apontado o assédio de grande número de pessoas, de instituições, mídias, advogados, inclusive em horários inapropriados, sem o objetivo de resolver as questões levantadas pelas famílias, apenas para busca de informações;

- as famílias demonstraram insatisfação quanto a rotatividade de funcionários da Vale (que se apresentam como voluntários) que comparecem às pousadas, sempre perguntando sobre demandas mas sem efetivamente resolvê-las. Por exemplo, uma atingida demandava um carro para buscar seu filho em Mário Campos desde domingo, e durante a visita ainda não havia posição da empresa;

- na Pousada Vista da Serra não existe nenhuma família atualmente alojada, havendo apenas previsão de chegada de uma pessoa, embora conste de listagem disponibilizada;

Sugestões:

- Que a Vale forneça pelo menos um carro fixo para cada uma das pousadas, a fim de atender as demandas de deslocamento das famílias;

- Que os contatos feitos pela Vale sejam feitos por uma pessoa de referência, evitando grande rotatividade de funcionários no local;



- Que seja providenciado laudo da defesa civil acerca da possibilidade de liberação das residências;
- Que seja conversado com as famílias sobre a possibilidade de aluguel de imóveis, ou suas transferências para outros locais, considerando que algumas famílias desejam retornar para antigas casas, desde que garantida a segurança, e outras não desejam retornar mesmo com o aval da Defesa Civil, em razão das perdas de familiares e amigos;
- Auxílio emergencial de renda e moradia;
- Que a vale padronize horários para fornecimento das refeições, com incremento de hortaliças e frutas;
- Que a vale padronize, também, horários para disponibilização dos remédios solicitados pelos atingidos.

Bárbara Regina P. P. Magalhães
Camila Mattarelli de Abreu e Silva
Mariana Gualberto da Silveira
Thais Helena Vital Domingues

No tocante as famílias que estão provisoriamente alojadas na Pousada Jangada dos Tucanos a situação é um pouco mais delicada pois precisam sair do local no domingo pela manhã e os representantes da Vale, que sempre se identificam como voluntários, não apresentam solução para as demandas. Ao que consta, no período da manhã uma "voluntária" sempre vai ao local, anota as demandas mas não há nenhum retorno. As famílias foram transferidas do Hotel Go In no domingo de madrugada e a partir de então estão praticamente sem comunicação, tendo em vista que na Pousada onde foram realocadas não pega sinal de telefone.

Diante das diversas demandas que nos foram apresentadas, conseguimos que uma voluntária da Vale fosse ao local e providenciasse algumas coisas mais imediatas, como por exemplo transporte para que uma das atingidas pudesse ir buscar o filho de 4 anos que estava em Mário Campos com o pai, esse pedido estava em aberto desde o domingo.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 49



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 45



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 50



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 46



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Em 05 de fevereiro de 2019, às 18 horas, no campo da Associação da comunidade do Parque das Cachoeiras, Alberto Flores e Parque do Lago, com a presença dos representantes do Ministério Público de Minas Gerais (promotor de Justiça André Sperling e a promotor de Justiça Cláudia Spranger), do representante do Ministério Público Feral (Helder Magno), da representante da Defensoria Pública de Minas Gerais (Dra. Carolina), dos representantes da Defensoria Pública da União (Drs. Guilherme e Wallace), do representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MPB) e dos representantes da Vale S.A., reuniram-se em assembleia os membros da comissão local e a população interessada, conforme em lista de presença, para tratar dos pontos constantes da pauta reivindicações apresentadas à Vale S.A. em razão do rompimento da barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Após a composição da mesa, passou-se à leitura das reivindicações que integrará a presente ata como anexo (anexo I).

Foi oportunizada a palavra à mesa e o Dr. André Sperling explanou sobre a reunião realizada nesta data, na parte da manhã, que tratou da forma de execução dos valores bloqueados pelo juízo da capital, em razão de ação judicial proposta pelo Estado de Minas Gerais. O Dr. Helder ressaltou que os referidos valores dizem respeito às questões emergenciais. A Dra. Carolina ressaltou a participação dos atingidos na proposta de execução dos valores. O representante da DPU informou que estará presente diariamente nos territórios. O representante do MAB destacou a importância da participação dos atingidos nas decisões e ressaltou que o acordo deve ter como centro a dor dos atingidos, falou sobre a importância do direito à informação e à assessoria técnica independente e escolhida pelos atingidos; disse ainda sobre a necessidade estudo sobre as condições ambientais da região; falou sobre a importância do conceito de atingido que deve abranger todas as alterações causadas na vida das pessoas atingidas; destacou o direito à negociação coletiva. A Dra. Ana Tereza informou ter assumido a promotoria de Justiça de Brumadinho e colocou-se à disposição da comunidade.

Usou a palavra o Adilson, presidente da associação, falando sobre a comissão de atingidos.

Dada a palavra ao representante da Vale S.A., Sr. Braga, apresentando os demais representantes. Assumiu a palavra o Sr. Humberto que tratou das doações oferecidas pela Vale S.A. O Sr. Vitor também se apresentou para a comunidade.

Retomou a palavra o Sr. Humberto falando sobre as doações de R\$ 100 mil, R\$ 50 mil e R\$ 15 mil, especificando os casos.

Passou-se à leitura, mais uma vez, da primeira pauta de reivindicações (anexo II), que integrará a presente ata. Leu-se o primeiro item. O representante da Vale S.A.,



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918035988500000066617147>
Número do documento: 19042918035988500000066617147

Num. 67919728 - Pág. 51



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 47



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sr. Braga, respondeu que a resposta depende de um levantamento das pessoas atingidas e que a Vale S.A. ofereceu as doações ditas acima.

Leu-se o segundo item da pauta. Em resposta disse que não ter condições de assumir total responsabilidade das dívidas sem o conhecimento necessário sobre os danos.

Leu-se o terceiro item da pauta. O representante da Vale S.A. disse que não tem como assumir esses compromissos sem o referido levantamento.

O representante do MAB destacou que tal levantamento não é necessário, pois para as referidas doações estas foram oferecidas sem nenhum levantamento prévio. O mesmo foi falado pelo membro do MPF, que destacou ainda que as propostas devem ser construídas com os atingidos, sob pena de criar ainda mais conflito nas comunidades.

O Sr. Deusdete, membro da comissão, afirmou que as demais propostas devem ser construídas com as pessoas atingidas e que os critérios das referidas doações não foram feitas com estas pessoas.

O Sr. Braga afirmou mais uma vez disse que há necessidade de colher as informações das pessoas para depois conseguir das as respostas às reivindicações apresentadas.

O Dr. Helder destacou que o momento se trata de assumir ou não o compromisso em relação às reivindicações e não é hora de decidir o "como fazer".

Passou-se a palavra aos presentes. O Sr. Thiago falou que saiu da comissão e falou que o Ministério Público participou da criação da Fundação Renova, o que foi prontamente esclarecido que o Ministério Público, em verdade, impugnou judicialmente a criação da referida fundação.

O Dr. André Sperling esclareceu sobre as ações propostas pelo Ministério Público e pelo Estado de Minas Gerais que bloqueou 11 bilhões da Vale S.A. e que determinou os atendimentos emergenciais às pessoas atingidas.

O Sr. Joceli esclareceu sobre a criação da Fundação Renova pelos governos estadual e federal. E falou sobre os problemas de judicializar as demandas.

Uma pessoa da comunidade destacou sobre a lista de presença que pode ser utilizada; outra pessoa destacou que a renda é uma questão emergencial e não se refere à indenização. A Sra. Lilian ressaltou que a comissão é aberta para quem quiser participar, falou ainda sobre o problema do acesso à escola e a necessidade de renda para a compra do material escolar das crianças e adolescentes. Outra pessoa falou da necessidade de incluir a comunidade Alberto Flores. Outra pessoa atingida afirmou que perdeu renda e que depende de seus ganhos para o pagamento de pensão alimentícia e que teme ser preso em caso de não pagamento.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 52



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 48



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Sr. Braga sobre o acesso às escolas ofereceu-se para reunião para o dia de amanhã.

O Sr. Adilson afirmou que a renda é emergencial para as famílias.

O Sr. Braga afirmou que a Vale S.A. não tomou a decisão de fazer os formulários... De imediato o Dr. André afirmou que as necessidades emergenciais podem e devem, tal como foi acordado, ser atendidas independentemente de cadastro ou formulário.

Questionado sobre a água, o Sr. Braga afirmou que estão sendo feitos estudos.

O Sr. Luiz Tarcizio, técnico MPMG, afirmou que não se sustenta o argumento de depender de levantamento para assumir os compromissos, pois primeiro é o momento de assumir o compromisso para depois definir os critérios. Sugeriu, ademais, que fosse feita uma pausa na reunião para que sejam feitos contatos com os superiores da empresa para que seja assumido o compromisso com relação ao primeiro item da pauta.

Em resposta o Sr. Braga afirmou que não tem para quem ligar pois se trata de uma decisão da empresa.

Mais uma vez questionado sobre a possibilidade de fazer a ligação para os superiores da empresa, o Sr. Braga afirmou que não iria ligar.

Foi avisado pelo Luiz Tarcizio que o Dr. André Sperling se deslocou para ligar para o Dr. Alexandre, diretor jurídico da Vale S.A. para tentar viabilizar o compromisso com relação à pauta apresentada pela comissão de atingidos do Parque da Cachoeira, Alberto Flores e Parque do Lago.

Por um dos membros da comunidade foi dito que trabalhava no dia para comer o dia seguinte e que por ter perdido a possibilidade de trabalhar está passando fome.

O Sr. Deusdete e o Sr. Thiago com a palavra manifestar

O Dr. André Sperling leu a mensagem recebida do Dr. Alexandre cujo conteúdo foi de que hoje não seria possível assumir o compromisso, mas que está aberto para discutir os critérios.

O Sr. Braga afirmou que não houve negativa por parte da empresa.

Dadas as saudações finais e nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata por mim _____, José Ourismar Barros de Oliveira, Assessor da Cimos/MPMG, lavrada.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:24
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291803598850000066617147>
Número do documento: 1904291803598850000066617147

Num. 67919728 - Pág. 53



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 49



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 1



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 50

**Comissão dos Moradores do Parque da Cachoeira, Parque do Lago e
Alberto Flores afetados diretamente pela Barragem da VALE de
Brumadinho**

Solicitações emergenciais para atender as famílias atingidas pelo brutal desastre provocado pelo VALE após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão:

✓ 1ª Solicitação:

Tendo em vista atender as necessidades financeiras imediatas de toda a comunidade atingida pelo rompimento da barragem solicitamos a VALE uma doação no valor de R\$ 5.000,00 para cada família da comunidade afim de atender eventuais dívidas e imprevistos financeiros que cada morador assumiu até o momento.

✓ 2ª Solicitação:

Solicitamos a VALE que assuma a total responsabilidade sob toda e qualquer dívida por proprietários, meeiros e diaristas (Produtores rurais), que tenha relação a sua produção (Empréstimos bancários envolvidos com sua atividade produtiva e PRONAF).

✓ 3ª Solicitação:

Pela brutal mudança do cotidiano na vida de todos os moradores da comunidade solicitamos um auxílio mensal emergencial no valor de 2 salários mínimos afim de atender as necessidades básicas de cada família afetada até a normalização da mesma (IPTU, IPVA, Contas de água e Luz, material escolar e despesas pessoais e emergenciais como medicamentos).

✓ 4ª Solicitação:

Solicitamos que a VALE execute de imediato o pagamento de alugueis assim como assuma total responsabilidade sob a logística da mudança das famílias atingidas direta e indiretamente que estejam afim de usufruir de tal benefício já concedido em liminar.

Solicitamos um retorno para as questões citadas acima em um prazo máximo de 48 horas tendo em vista a extrema urgência!

Recebido
em 31/01/19
da Costa

Recebido em
31/01/19
E=J



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 2



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 51

**Comissão dos Merendeiros do Parque da Cachoeira, Parque do Lago e
Alberto Flores atendidos diretamente pela Barragem da VALE do
Itumbatiho**

Solicitações emergenciais para atender as famílias atingidas pelo Brasil de Janeiro provocado pelo
VALE após o rompimento da Barragem do Córrego do Frijol:

1ª Solicitação:

Tendo em vista atender as necessidades financeiras imediatas de toda a comunidade
atingida pelo rompimento da barragem solicitamos a VALE uma doação no valor de R\$
5.000,00 para cada família da comunidade além de atender essenciais diárias e
imprevistos financeiros que cada familiar assumeu até o momento.

2ª Solicitação:

Solicitamos a VALE que assuma a total responsabilidade sob toda e qualquer dilação por
previdência, meios e diversos provedores rurais, que tenha relação a sua produção
(Empreendimentos rurais envolvidos com sua atividade produtiva a PICOIAR).

3ª Solicitação:

Pela brutal mudança do cotidiano na vida de todos os moradores da comunidade
solicitamos um auxílio mensal emergencial no valor de 2 salários mínimos além de
atender as necessidades básicas de cada família afetada até a normalização da rotina
(PILU, PVA, Contas de água e luz, material escolar e despesas pessoais e emergenciais
como medicamentos).

4ª Solicitação:

Solicitamos que a VALE exerce de imediato o pagamento de alguns assim como
assuma total responsabilidade sob a legislação da mudança das famílias atingidas direta
e indiretamente que estejam além do usufruto de tal benefício já concedido em liminar.

Solicitamos um retorno para as questões ainda acima em um prazo máximo de 30
horas tendo em vista a extrema urgência!

*Paula
20/04/19
Jacomini*

*Paula
20/04/19*



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

05 de Fevereiro de 2019

- Conceito nosso sobre "atingidos".
- Principal do acordo é o atingido.
- TAP – Termo de ajuste preliminar
- 3 direitos principais = à informação, poder de decisão, a participação não vulnerável
- Qual é o direito, quem tem o direito, como se aplica o direito?
- Ter assessoria técnica independente.
- AEDAS = Associação estadual de defesa ambiental e social
www.aedas.mg.org
- Organização da população.
- Assessoria contrata produtos = análise solo, ar, água, etc.
- Fiscalização / acompanhamento dos processos de retirada da lama.
- Construção Acordo.
Doação = benefícios e malefícios.
Doação para toda comunidade do valor de R\$ 5.000,00
Doação para todos que perderam renda no valor de R\$15.000,00
Doação de 1.5 SM por pessoa adulta + 50% SM para adolescentes
+25% SM para crianças e dependentes + 1 cesta básica no valor de R\$ 400,00.
- Isenção de água, luz, IPTU, IPVA e dívidas para todos os atingidos.
- Nossa defesa = Negociação **COLETIVA** (definição de conceitos e critérios para aplicação em situações individuais).



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 4



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 53



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 5



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 54



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS

Memória de Reunião – 14/02/2019

No dia 14 de fevereiro de 2019 comparecem à sede da CIMOS, em Belo Horizonte, os representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg, Nilce Araújo, Sônia Prata, Leandro Soares e Alícia Cardoso com objetivo de participar de reunião solicitada pela Fetaemg à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS/MPMG, sendo recebidos pelos servidores Camila Mattarelli, Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira, Jonas Vaz, José Ourismar Barros e pelos estagiários Carlos Henrique Prado, Mariana Gualberto.

Os representantes da Fetaemg apresentaram preocupação, com base nos seus trabalhos em campo em Brumadinho, em se promover uma melhora na representatividade dos agricultores familiares junto às comissões de atingidos e nas reuniões de negociação que ocorrem para definições emergenciais em relação ao desastre da Vale em Brumadinho. Apresentaram, por exemplo, a preocupação em relação à perda de renda de vários horticultores, que praticavam uma atividade de alto investimento, e temem que apenas eventuais valores emergenciais sejam insuficientes para alguns dos trabalhadores rurais retomarem seu padrão de vida anterior. Falaram sobre o desejo de muitos produtores de que sejam verificadas possibilidades de adoção de medidas visando proporcionar condições para a retomada de suas atividades produtivas.

Representantes da Fetaemg apresentaram ainda preocupação quanto à metodologia do levantamento que tem sido realizado em campo por equipe da EMATER, noticiando que diversos agricultores familiares atingidos não teriam sido contemplados, em especial meeiros, arrendatários, diaristas e trabalhadores eventuais. Solicitaram informações atualizadas em relação ao andamento das negociações do TAP emergencial, asseverando a necessidade de se manter um fluxo constante de compartilhamento de informações entre os agricultores, atingidos e instituições envolvidas no processo. Foi sugerido pela equipe da Fetaemg que sejam abertos canais de comunicação diária para atualização a respeito dos processos de negociação.

Pela equipe da CIMOS foram prestadas informações sobre a atuação no caso até o momento, em especial das questões relacionadas ao atendimento às questões emergenciais,



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 6



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 55

esclarecendo que as questões da reparação integral serão tratadas no momento posterior. Quanto à questão da representatividade nos espaços de Comissão, foi sugerido que fosse aprofundado o diálogo com os atingidos representantes dos produtores rurais e membros da comissão, que é aberta, e através da qual podem os agricultores também participar ativamente. Sobre a sistematização de um canal de informação das medidas adotadas, foi informado pela equipe que seriam avaliadas as formas promover essas informações. Em relação ao pleito da Fetaemg sobre participar ou acompanhar as mesas de negociações, foi sugerido pela equipe da CIMOS que, caso a Fetaemg sinta essa necessidade mesmo após o diálogo com as Comissões, que seja enviado um ofício endereçado à Força Tarefa do MPMG solicitando essa participação, para apreciação.

Nada mais, foi encerrada a reunião e lavrada a presente memória, para registro, que segue assinada pelos integrantes da CIMOS presentes.

José Ourismar Barros
Assessor -Cimos/MPMG

Jonas Vaz Leandro Leal
Analista em Sociologia – Cimos/MPMG

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista em Sociologia – Cimos/MPMG

Carlos Henrique Prado
Estagiário - Cimos/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor – Cimos/MPMG

Mariana Gualberto da Silveira
Estagiária - Cimos/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 7



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 56

1Ata de Reunião sobre os impactos da poluição no rio Paraopeba, causada pela
2"pluma de rejeito de minério" proveniente do rompimento da barragem da Mina
3do Córrego do Feijão, em Brumadinho, sobre a produção de pescado em
4municípios banhados pela represa de Três Marias. Aos quinze dias do mês de
5fevereiro de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, na sala 6, do 10º andar, do
6Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, localizada na Rodovia Papa João
7Paulo II, nº 4001- Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte (MG), reuniram-se as
8seguintes pessoas: Ana Maria Soares Valentini (Secretária de Estado de
9Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais), João Ricardo Albanez
10(Subsecretário de Política e Economia Agrícola da SEAPA), Carlos Varela
11(Promotor do MPMG), Maria Cristina Castro Diniz (Procuradora da Seapa),
12Heitor Soares Moreira (IGAM), Antônio Lopes de Carvalho Filho (Defensor
13Público – DP/MG), Leonardo Brumano Kalil (Diretor Administrativo da
14EMATER), Dirceu Alves Ferreira (Gerente Técnico da EMATER), Valério
15Mendes Rezende (Coordenador Técnico da EMATER), Elizabeth Lomelino
16(Pesquisadora da EPAMIG), Fúlvio R. Simão (Pesquisador da EPAMIG), Thales
17Almeida (Diretor Geral do IMA), Bruno Rocha de Melo (Diretor Técnico do IMA),
18Eduardo Palmieri (IMA), Carolina Reinach (Vale), João Dias (Vale), Vítor Cabral
19(Vale), Ailton Mendes Batista (piscicultor da Morada Fish), Paulo Henrique B.
20Farias (piscicultor da Morada Fish), José Eduardo Aracena Rasguido
21(Piscicultor), Marco Túlio (Produtor de alevinos), Henrique Figueiredo
22(Professor da Escola de Veterinária da UFMG), José Roberto D. Balbi (AGE),
23José Ourismar B. (Procurador do MPMG), Jonas Vaz L. Leal (Procurador do
24MPU), Lígia Prado Rocha (Defensora da DPU), Feliciano Nogueira de Oliveira
25(Assessor Especial da SEAPA) e Mônica Salomão (assessora de Comunicação
26da SEAPA). Foram, também, convidados os representantes do Ministério da
27Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Companhia de Desenvolvimento
28dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), porém, os mesmos não
29puderam comparecer. Dando início à reunião, a Sra. Ana Valentini fez uma
30breve exposição das ações realizadas pela equipe técnica da Seapa e de suas
31vinculadas. Evidenciou que a preocupação maior, após o desastre, foi realizar
32um levantamento de emergência das reais necessidades dos produtores e
33seus familiares. Essas informações foram disponibilizadas ao representante da
34Vale, sr. Vitor Cabral, pois era importante ao empreendedor conhecer e suprir
35as primeiras necessidades dos produtores rurais, tais como: fornecimento de
36água para o consumo humano e animal, alimentação animal, o reparo no
37fornecimento de energia elétrica, a liberação do acesso às vias, dentre outras.
38Registrou, ainda, que a sua equipe técnica elaborou três propostas de trabalho,
39como continuidade às ações de atendimento e assistência aos produtores
40rurais ao longo da calha do rio: Monitoramento de solos em áreas irrigadas com
41potencial de contaminação pelo rompimento da barragem; Plano de ação para
42levantamento e monitoramento do risco de contaminação em bovinos, por
43rejeitos de mineração na área impactada pelo rompimento da barragem;
44e Plano de Ação para levantamento e monitoramento do risco de contaminação



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 8



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 57



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 9



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 58

45da água e de peixes produzidos no reservatório de Três Marias. A pesquisadora
46Elizabeth fez um breve relato da atividade piscícola, em tanques-redes, na
47represa de Três Marias. O sr. Vitor Cabral relatou as ações implementadas pela
48Vale e o esforço para atender às demandas dos produtores. Manifestou, ainda,
49que demandou esta reunião para discutir os impactos negativos com a provável
50presença da pluma nas áreas onde há atividade piscícola, bem como as
51medidas mitigadoras a serem tomadas para minimizar os possíveis danos à
52produção de pescado. O sr. João Dias prestou informações relativas ao
53monitoramento da qualidade da água e dos rejeitos produzidos com o
54rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. Registrou, ainda, que vários
55tributários do rio Paraopeba têm contribuído para piorar a qualidade da água.
56Além disso, relatou que a Vale está monitorando 48 (quarenta e oito) pontos de
57coleta de amostras de água e sedimentos para análise, sendo que 29 (vinte e
58nove) pontos estão concentrados nas áreas entre a barragem da Mina do
59Córrego do Feijão e o reservatório de Três Marias, e 19 (dezenove) pontos
60estão localizados entre a represa de Três Marias e a foz do rio São Francisco.
61O sr. Heitor enfatizou que estão sendo divulgados, diariamente, boletins
62produzidos pelo IGAM em parceria com a ANA, com o Serviço Geológico do
63Brasil (CPRM) e com a Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais
64(COPASA), o que vem permitindo o monitorando das águas do rio Paraopeba.
65Ponderou, ainda, que a pluma se encontra próxima a Pará de Minas, a 125
66(cento e vinte e cinco) quilômetros de distância do local do desastre. afirmou
67que é evidente a alteração dos níveis de vários indicadores de qualidade da
68água e que há uma elevação nos níveis de vários metais pesados nas
69amostras coletadas na calha do rio. Estima que a pluma esteja a 50 (cinquenta)
70quilômetros da barragem de Retiro Baixo. O sr. Rasguido fez um relato do
71desenvolvimento da piscicultura e das dificuldades encontradas para chegar ao
72nível que se encontra hoje. Mesmo com toda a dificuldade, atualmente, Morada
73Nova apresenta-se como o 2º município do país na produção de pescado em
74tanques-rede. Enfatizou que embora a pluma não tenha chegado à região, o
75fato já provocou uma expressiva alteração restritiva no mercado de pescado. A
76depreciação dos produtos pelos compradores já está trazendo prejuízo a toda a
77cadeia produtiva do pescado. É necessário reverter esta situação, enfatizou o
78sr. Rasguido. Ele ponderou que isso só vai ocorrer com a confirmação de que
79não houve contaminação do pescado e que, portanto, não existe risco à saúde
80do consumidor. Uma alternativa sugerida foi a realização de campanha
81publicitária de esclarecimento e informação sobre a qualidade e segurança do
82produto produzido na região. O Dr. Carlos Varela evidenciou o papel
83constitucional do Estado e as competências das empresas e das autarquias
84neste desastre. Entende que as ações a serem desenvolvidas ou que já foram
85desenvolvidas, juntamente com suas respectivas despesas, devem ser
86apresentadas ao empreendedor. Realçou que as despesas das vinculadas da
87Seapa não devem ser colocadas na rubrica de um bilhão de reais da Vale,
88bloqueados pela justiça e disponibilizados ao Estado. O sr. Ailton ponderou que



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 10



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 59



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 11



Número do documento: 19061817572692300000071852000
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572692300000071852000>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:27

Num. 73161282 - Pág. 60

89há pouca informação sendo disponibilizada pelos órgãos oficiais e pela Vale.
90Ele externou que a ausência de informações confiáveis gera uma angústia
91muito grande em todos, pois o município de Morada Nova depende da
92atividade piscícola. Registrou que o impacto não se restringe ao setor primário,
93mas também ao setor de processamento, pois existem vários frigoríficos já
94instalados na região, que beneficiam o pescado, e outros em processo de
95instalação. Ou seja, existem pessoas que serão diretamente e indiretamente
96prejudicadas. O sr. Albanez ponderou que há várias linhas em discussão no
97momento, sendo necessário centrar os esforços na elaboração das perdas dos
98produtores, no monitoramento do impacto da pluma na atividade piscícola e na
99realização de uma campanha de valorização dos produtos da região. O sr.
100Antônio, como Defensor Público do Estado, enfatizou que, no momento, não se
101deve trabalhar na avaliação das perdas. Este processo é complexo, precisa de
102mais estudo e de uma avaliação da extensão de todos os impactos negativos.
103O sr. Leonardo pondera sobre a *expertise* da Emater-MG na realização do
104levantamento das perdas na agropecuária. O sr. Antônio ratifica que não é
105oportuno, neste momento, centrar esforços nessa linha de trabalho. O sr.
106Carlos Varela registra que as propostas citadas, referentes aos
107monitoramentos, devem ser encaminhadas à equipe da Vale e que esta deverá
108avaliá-las, bem como verificar a forma de pagamento pela execução das
109mesmas. Solicitou que os procuradores da AGE se manifestem. O dr. José
110Roberto e a dra. Maria Cristina registraram que, devido à gravidade do
111desastre, é possível operar os trabalhos pela SEAPA e suas vinculadas por
112meio da dispensa de licitação. Ponderaram que há necessidade de novo aporte
113de recurso financeiro a ser disponibilizado ao Estado para execução das
114propostas a serem apresentadas. O sr. Valério fez um breve relato das
115dificuldades encontradas pelas empresas e autarquias para se definir e firmar
116um procedimento legal e dar agilidade aos serviços que são emergenciais. O
117professor Henrique chamou a atenção para a importância em se considerar a
118cadeia de custódia, particularmente quanto à contratação de laboratórios
119credenciados por órgãos oficiais para a execução de análises das amostras,
120considerando a necessidade da idoneidade, isenção e rigor na elaboração das
121análises e na emissão de resultados. Novamente, o Sr. Antônio manifestou a
122preocupação em não se realizar cadastro nem levantamento de perdas no
123momento. Finalizando, a sra. Ana Maria propôs os seguintes
124encaminhamentos: As propostas devem ser enviadas, ainda hoje, para o
125representante da Vale, Vitor Cabral, por meio eletrônico; a Vale deve validar e
126aprovar as propostas, ou sugerir alterações até o dia 18 de fevereiro; os
127procuradores da Advocacia Geral do Estado devem elaborar e apresentar os
128instrumentos legais para respaldar e legitimar o processo de contratação de
129serviços laboratoriais, compras de utensílios e equipamento; a SEPLAG deve
130ser consultada para indicar as formas de pagamento que serão empregadas
131pela Vale e quais as dotações orçamentárias poderão ser utilizadas pelas
132vinculadas (empresas e autarquias). Nada mais havendo a tratar, a reunião foi



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 12



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 13



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 2

133 encerrada, e eu, João Ricardo Albanez, lavrei a presente ata, constando, em
134 anexo, a lista de presença devidamente assinada.

135

136

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019.

137

138

João Ricardo Albanez



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 14



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28



Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA
Subsecretaria de Política e Economia Agrícola - SUPEA
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4003 - 10º andar - Prédio Gerais
31630-901 - Belo Horizonte - MG - (31) 3915.8492/3915.8602

EVENTO: Reunião sobre "O impacto da pluma, proveniente da Barragem de Brumadinho, na produção de pescado na região de Três Marias".
DATA: 15/02/2019 HORÁRIO: 14:00 horas LOCAL: Cidade Administrativa - Prédio Gerais - 10º andar - Sala 6

LISTA DE PRESEÇA

NOME	EMPRESA	FONE (COM DDD)	E-MAIL	ASSINATURA
João Z. Albion	SEARA	5 3232 4334	joao.albion@agricultura-mg.gov.br	
Antonio Lopes de Carvalho S/O	Dipsonora Publice MG	32 999350855	antonio.carvalho@dipsonora-mg.gov.br	
Diretores Fenestina	Enatel-115	313349-8070	diretor@enatel-115.gov.br	
Fulvio R. Simões	EPAMIG	31 3489 5065	fulvio@epamig.br	
EDUARDO ALONCEI LAGE	INMA	(31)3915-8743	eduardo.lage@inma.mg.gov.br	
Rigoberto L. da Luz	GRAMI 6	31.99953828	rlombardi@grami6.gov.br	
Condina Rinael	Grupo Contos Advogados	(41)9 4440 2540	crinmach@gccontos.com.br	
João Duarte	VALTE	31-995524844	joao.vilva@valte.com.br	



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291804028530000066617148>
Número do documento: 1904291804028530000066617148



Número do documento: 190618175277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190618175277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

LISTA DE PRESENÇA

NOME	EMPRESA	FONE (COM DDD)	E-MAIL	ASSINATURA
Vitor Cabral	WE	31996892129	Vitor.Cabral@web.com	
VALÉRIO MENDES REZENDES	EMATER-MG	3133498181	VALERIO@EMATER.MG.GOV.BR	
José Eduardo Azevedo	Associação	31998860948	resposta@reunion.com.br	
Priscila Regina de Souza	SEBRAE	31992224202	priscila.regina@sebrae.com.br	
Evano Rocha de Melo	EMATER	31996168071	evano.rocha@emater.mg.gov.br	
Paulo Henrique S. Faria	Madaa, Fish	31998665808	pharia.bahia@hahmar.com.br	
Alton Mendes Galvão	PEIXE MG MORADA FISH COOPERATIVA	31999059039	contato@moradafish.com.br	
Maria Cristina Basto Dina	AGE / SEBRAE	31559867	maria.cristina@admiral.com.br	
Thales Farias	IMPA/BSE	3159973476 (34)	thales.farias@impabse.com.br	
CARLOI VALERA	MPMG	991990370	carloivalera@mpmg.mg.gov.br	
Renato Guimarães Bell	Emater - MG	996192413	renato.guimaraesbell@emater.mg.gov.br	

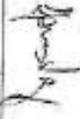


Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
 Número do documento: 19042918040285300000066617148



Número do documento: 1906181757277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757277060000071852001>
 Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

LISTA DE PRESEÇA

NOME	EMPRESA	FONE (COM DDD)	E-MAIL	ASSINATURA
Henrique Figueiredo	UFMG	31 99204.1561	FIGUEIREDO@PRH30.COM	
Adriana Fialho de Vasconcelos	DBU	11 992092866	Adriana.Fialho@opm.br	
Wagner de Lencastre	MPMG	(31) 350103249	wagner.lencastre@mpm.br	
Jose Cláudio Gomes	Unus/MPMG	(31) 3230.3206	joeclaus@gunus.com.br	
Júlia M. S. Volante	Seapa			
Luís Roberto de Almeida	PEL - MPMG	(31) 389828913	luiz@pedagogia.com.br	
José Roberto D. Brasil	ABE	3218 0744	joz.kalbi@abedocia.com.br	



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
 Número do documento: 19042918040285300000066617148



Número do documento: 190618175277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190618175277060000071852001>
 Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 19



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 8



RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 29 de janeiro de 2019.

1. Presença na reunião da Comunidade Parque da Cachoeira:

- a. Foi realizada hoje a terceira reunião na comunidade Parque da Cachoeira organizada pelos comunitários, organizada pela Comissão de Atingidos local;
- b. Os comunitários apresentaram suas demandas à Vale S.A., sendo elas: 1) auxílio emergencial para todos os moradores do bairro; 2) auxílio mensal para todos os moradores; 3) garantia de aluguel para as pessoas que tiveram suas casas e quintais atingidas pela lama; 4) psicólogo para atender todos os moradores do bairro Parque da Cachoeira; 5) auxílio mensal para todos os agricultores. Sendo que a demanda sobre pagamento de renda (1, 2, 3 e 5) a Vale S.A. argumentou que só poderá pagar após a finalização dos formulários e que as demandas fossem objetivadas, sendo que sobre a presença de psicólogos foi prontamente solucionada; Para os técnicos da Cimos a questão da renda apresenta-se como a questão mais importante a ser tratada nos próximos dias, pois uma parcela dos atingidos perdeu a fonte de renda (por exemplo, no Parque da Cachoeira muitas pessoas dependiam das hortas existentes no local e que foram atingidas pela lama);
- c. Os comunitários foram informados sobre a decisão judicial obtida no dia 26 de janeiro e a ata da reunião do 28 de janeiro que detalha os termos da decisão;
- d. Um dos atingidos falou sobre a falta de atingido nas reuniões das autoridades públicas;
- e. Na reunião estavam presentes o presidente da OAB de Brumadinho e presidente da comissão de ética também da OAB local que alertaram sobre os oportunistas que chegam de fora para aproveitar da fragilidade da comunidade (citou o caso de um advogado que teria vindo do Espírito Santo), mas destacavam o tempo em suas falas a possibilidade dos atingidos entrarem com ações individuais para garantir seus direitos;
- f. Foi dito por uma pessoa atingida presente na reunião que a Vale S.A. ligou para uma das pessoas atingidas (pequena agricultora e liderança de uma localidade chamada Horta, mas que é moradora do Parque da Cachoeira) para reunião no dia seguinte às 9 horas – ela achava que era para negociação; Para os técnicos da Cimos trata-se de tentativa de desmobilização das reivindicações coletivas da comunidade por meio de negociações individuais.

2. **Segurança pública:** as pessoas presentes na reunião - dita acima - afirmaram que aumentou o policiamento no local e que os saques cessaram, revelando eficácia do policiamento ostensivo e constante na região;

3. **Apoio em oitiva:** Por fim, foi prestado apoio à promotoria local na tomada de oitivas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro

4. **Reunião com os pequenos produtores rurais:** Foi realizada uma reunião específica com os pequenos agricultores que trabalhavam como meeiros ou agregados de fazendeiros na região conhecida como Horta. Participaram dessa reunião representantes da FETAEMG e MAB, além da CIMOS. Os pequenos agricultores que perderam seus plantios estão sem recursos para pagamento de suas contas mensais além de terem perdido o investimento que fizeram na terra e o produto que comercializariam para quitar as dívidas contraídas. Entre estes, existem alguns que vivem de aluguel e estão ameaçados de despejo caso não paguem o aluguel. Foi recomendado que eles se reúnam o quanto antes para levantar objetivamente os valores necessários para suas despesas diárias/mensais e orientados a entregarem a solicitação à VALE S.A.

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor
Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor
Cimos/MPMG





RELATÓRIO SÍNTESE
30/01/2019

Trata-se de relatório síntese do levantamento inicial da situação de acolhimento emergencial das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 30 de janeiro de 2019, em atendimento à demanda da Força Tarefa para tratar do caso rompimento da Barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, de responsabilidade da Vale S.A.

Foram observadas as seguintes situações:

1. Visita de campo- imediações do Córrego do Feijão : Nesta data ocorreu à primeira vista de campo à comunidade de Córrego do Feijão, nas imediações do local atingido pelos rejeitos. Foi visitada casa de um morador atingida pela lama, Sr. Sérgio, que teve parte de seu terreno e da casa coberta pelos rejeitos, com a lama chegando à varanda se sua porta. Em que pese todos enormes impactos visualmente constatados, assim como o fato dele continuar residindo na casa com a varanda parcialmente invadida pela lama, em relação às demandas emergenciais ele mencionou as seguintes:

a) Resgate de uma vaca que está ilhada em meio à lama próximo à sua casa, e para a qual já tem sido fornecida alimentação e água. A promotora de justiça Dra. Cláudia Spranger, fez contato com a Força Tarefa repassando a demanda de resgate da Vaca;

b) Seu "caseiro", cuja casa foi destruída pela lama, encontra-se hospedado em casa de parentes, por não querer ir para hotel e nem ficar longe da comunidade. O desejo do seu caseiro é que seja custeado aluguel de imóvel na própria comunidade e pelas informações que ele tinha até o momento a Vale S.A. ainda não está atendendo os pleitos de aluguel de imóveis na comunidade.

2. Reunião na Comunidade Córrego do Feijão: Foi realizada reunião com os moradores comunidade Córrego do Feijão, que contou com a participação da DPU, DPE, MPMG (CIMOS e CAO-DH), e representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH. Ata da





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

Reunião estava sendo elaborada pela missão do CNDH. Em relação às situações emergenciais de violações de seus direitos, foi apresentado pela da comunidade:

a) Que a comida enviada à comunidade pela Vale S.A chegou fria e azeda em todos os dias anteriores, com exceção de hoje, primeira data em chegou em condições minimamente aceitáveis;

b) que o morador de nome "Claiton Cândido da Silva" está desabrigado pelo fato dos helicópteros de resgate que pousam na comunidade terem destelhado a sua casa e até o momento a Vale S.A não atendeu o seu pedido de ir para uma outra residência na comunidade, mesmo ele tendo feito o preenchimento de formulários de solicitação e cobrado várias vezes aos atendentes da Vale S.A presentes na comunidade. Asseverou a emergência da situação, pois, a sua residência sem nenhuma condições de moradia, pede providências para esta data;

c) Que os atestados de óbito das vítimas fatais do rompimento da barragem de rejeitos de córrego do feijão estão sendo emitidos, no campo denominado "Local", com a seguinte inscrição: "Evento em Brumadinho". Essa inscrição está provocando profunda indignação e constrangimento dos parentes e moradores da comunidade, que mencionaram que acham extremamente desrespeitoso o uso do termo "evento", que remete a coisas positivas, como shows, festejos e não à ao trágico rompimento da barragem de rejeitos de Córrego do Feijão em Brumadinho;

d) que os moradores tem tido muitas limitações no seu direito de ir e vir, pois as ligações com a Cidade de Brumadinho estão interrompidas (algumas pelos rejeitos outras por limitações, ou restrições que tem sido estabelecidas em algumas áreas) pedem providências no sentido de restabelecer a ligação com Brumadinho, informando que entendem que é soluções possíveis de serem implementadas sem muitas dificuldades;

e) Que o posto de atendimento da Vale S.A na comunidade não tem prestado um bom acolhimento da comunidade, dificultando a presença no local e tratando os moradores de forma desrespeitosa, assim como, tratando de forma ríspida os integrantes da sociedade civil organizada que tem prestado apoio e solidariedade às famílias;

f) Relataram a falta de informação generalizada sobre diversas questões.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 23



Número do documento: 1906181757277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

Após a reunião a Promotora de Justiça Claudia Spranger solicitou a representante da Vale, Sr. Stanislaw Klein, via ligação telefônica, providências urgentes em relação às questões apresentadas pelas comunidades, e fez contatos telefônicos em relação aquelas que se referem a outras instituições.

Os membros da comunidade manifestaram o desejo de se auto-organizarem coletivamente para buscarem a efetivação de seus direitos. Solicitaram que as instituições públicas presentes na reunião continuem atuando e prestando auxílio à Comunidade. Agendaram outra assembleia para o dia 01/02/19, sexta feira, às 16 horas, a ser realizada com a presença das instituições públicas.

- 3. Comunidade Parque da Cachoeira.** Integrantes da comunidade de Parque da Cachoeira informaram, via contato telefônico, que a forte chuva que caiu na tarde de hoje agravou a situação da comunidade, já afetada pelos rejeitos. Tais informações foram repassadas à Defesa Civil.
- 4. Ausência da Vale em reunião:** Integrantes da equipe do MPMG que se deslocaram nesta data para reunião interinstitucional agendada com a Vale S.A no "Centro de Comando – Faculdade Asa", informaram que nenhum representante da empresa Vale S.A. compareceu na reunião que havia sido marcada para as 11 horas de hoje (30/01/19), conforme havia constado no item 05 das obrigações assumidas na memória de reunião realizada no dia 28/01/2019.

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista da Cimos
Cimos/MPMG

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor
Cimos/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 24



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 25



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 14



RELATÓRIO SÍNTESE

31/01/2019

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 31 de janeiro de 2019.

1. Presença na reunião da Comunidade Parque da Cachoeira com a Vale S.A.:

- a. Foi acompanhada pelos servidores da Cimos a reunião realizada às 17 horas na comunidade Parque da Cachoeira, cuja mesa foi composta por membros da Comissão de Atingidos da comunidade Parque da Cachoeira, pela Defensora Pública, pelo Diretor da Vale, João Coral, e pelo funcionário da Vale, Braga.
- b. Os atingidos cobraram respostas dos representantes da Vale em relação aos riscos que estariam correndo ao permanecerem em parque da cachoeira após o rompimento da barragem, principalmente em relação à saúde. Querem saber se é seguro permanecer lá. Cobraram estudos em relação à toxicidade da lama, principalmente no que diz respeito à presença de metais pesados. Braga afirmou que a Vale não utiliza mais Mercúrio, Nióbio ou Chumbo em seus processos. No entanto, comunitário argumentou, dizendo que na barragem que rompeu havia resíduos que teriam sido depositados desde a década de 60, reafirmando a necessidade da realização de análise da lama. Representante da Vale afirmou que, caso estudo aponte que a permanência da comunidade no local não seja segura, será viabilizada a ida dos comunitários para outro lugar.
- c. Os atingidos cobraram resposta em relação à solicitação realizada em reunião anterior, de um auxílio emergencial aos atingidos que perderam sua fonte de renda em razão do rompimento da barragem. Os representantes da Vale disseram que ainda não tinham uma resposta sobre isso, afirmaram que estaria em estudo na empresa.
- d. Moradora da comunidade afirmou que há cerca de quatro meses foi realizado um levantamento, pela Vale, de todas as pessoas que estavam na área de risco.
- e. A comissão de atingidos entregou aos representantes da Vale, um documento no qual fazem reivindicações (em anexo), transcritas integralmente abaixo, solicitando resposta em 48 horas:
 - i. "Tendo em vista atender as necessidades financeiras imediatas de toda a comunidade atingida pelo rompimento da barragem solicitamos a VALE uma doação de um valor de R\$5.000,00 para cada família da comunidade afim de atender eventuais dívidas e imprevistos financeiros que cada morador assumiu até o momento".
 - ii. "Solicitamos à Vale que assuma a total responsabilidade sob toda e qualquer dívida por proprietários, meeiros e diaristas (produtores rurais), que tenha relação a sua produção (Empréstimos bancários envolvidos com sua atividade produtiva e PRONAF)."





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos

- iii. "Pela brutal mudança do cotidiano na vida de todos os moradores da comunidade solicitamos um auxílio mensal emergencial no valor de 2 salários mínimos a fim de atender as necessidade básicas de cada família afetada ate a normalização da mesma (IPTU, IPVA, Contas de água e luz, material escolar e despesas pessoais e emergenciais como medicamentos)"
- iv. "Solicitamos que a Vale execute de imediato o pagamento de alugueis assim como assuma total responsabilidade sobre a logística da mudança das famílias atingidas direta e indiretamente que estejam afim de usufruir de tal benefício já concedido em liminar".

f. Foi agendada nova assembleia para o dia 02/07/2018, sábado, às 17 horas, para resposta da Vale acerca das reivindicações da comunidade.

2. Reunião com a comissão de atingidos do Parque da Cachoeira:

- a. Foi realizada, pela equipe da Cimos, roda de conversa com a comissão sobre o fortalecimento da comissão e união das pessoas atingidas;
- b. Os membros da comissão cobraram sobre a necessidade de participação dos atingidos nas reuniões das autoridades com a Vale S.A. ou em outras reuniões que tratem a respeito deles; Afirmaram ser meio eficaz de diminuir a confusão causada pela falta de informação;
- c. **Solicitaram, também, uma reunião dos membros da Força-Tarefa com a comissão de atingidos de Parque da Cachoeira.**
- d. Debateu-se também sobre questões internas da comissão.

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor
Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor
Cimos/MPMG

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social
Cimos/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG





RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 04 de fevereiro de 2019.

1. Presença na Comunidade Córrego do Feijão

- a. Ao chegar a comunidade, às 14:30, entramos em contato com alguns atingidos que se encontravam no Centro de Apoio.
- b. É evidente a raiva dos atingidos pela empresa. Foi-nos relatado por diversos moradores, antigos trabalhadores da mina, que a Vale sabia da infiltração na barragem e tentou esconder de diversas maneiras (lonas, concretagem etc.)
- c. A perda de renda e da produção parecem ser as principais preocupações dos moradores nesse momento pós-rompimento da barragem.
- d. Um dos moradores (Sr. Eustáquio) nos relatou que recebeu em sua propriedade um funcionário da Vale que buscava comprar o imóvel. O atingido relatou que “pelo preço certo” venderia e destacou a insegurança que sente tendo que conviver com duas outras barragens próximas de sua casa.
- e. O pânico causado pelo disparo da sirene no domingo, relatado por muitos como maldade, foi apresentado por vários moradores.
- f. Alguns moradores já optaram pela ação individual e já contrataram advogados.
- g. Foi relatada a existência de três comunidades próximas ainda sem assistência: Aranha, Melo Franco e Bom Jardim.

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social - Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor - Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor - Cimos/MPM

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor – Cimos/MPMGG

Carlos Henrique Mesquita do Prado
Estagiário – CIMOS/MPMG





Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 29



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 18

Hoje, 05/02, foram realizadas visitas nas pousadas localizadas em Casa Branca, situação em que conversamos com famílias anteriormente residentes em Pires e Córrego do Feijão, que foram desalojadas, no domingo, devido à situação de risco de suas casas. Em tais conversas, foram observadas os seguintes pontos:

- as famílias alojadas na Pousada Jangada dos Tucanos relataram que a pousada está disponível somente até o domingo e até o momento não houve contato sobre o novo local de acolhimento, assim, em razão da proximidade com o início do ano letivo, desejam ir para algum imóvel alugado no centro de Brumadinho.
- as famílias não estão sendo devidamente informadas acerca da situação de suas casas, bem como se as mesmas continuam em situação de risco;
- as famílias residentes na região do Pires relataram que suas casas estavam sendo saqueadas após sua saída, e por isso algumas pessoas retornaram sem a devida autorização e segurança. Em razão do fato, questionaram acerca do ressarcimento dos bens furtados;
- as famílias desejam laudo da Defesa Civil e/ou do Corpo de Bombeiros que ateste a segurança de suas casas, antes de seu retorno;
- foi informado a algumas famílias sobre a possibilidade de retorno para suas casas, contudo sem laudo técnico ou documento equivalente;
- algumas famílias relataram o desinteresse em retornar para suas casas, mesmo com a existência de laudo, tendo em vista a perda de parentes, amigos e receio de rompimento de outras barragens;
- na ausência do laudo, manifestaram o desejo de que a Vale pague o aluguel de moradias em Brumadinho, em razão do início do ano letivo, falta de privacidade nas pousadas/hotéis, etc;
- várias pessoas relataram que perderam sua fonte de renda, o que tem gerado muita preocupação tendo em vista as despesas das famílias e pendentes de pagamento;
- as famílias apontaram que a Vale não tem fornecido o devido transporte, não havendo em uma das pousadas nem a possibilidade de pedido de deslocamento por ausência de sinal de telefone. Outros relataram a demora no atendimento da demanda;
- foi relatado por uma atingida o aparecimento de manchas em sua pele e de seu filho, após contato com a lama. Tal contato se deu quando tentaram salvar peixes do córrego próximo a moradia. Ambos foram atendidos por médico fornecido pela Vale no hotel Go In, mas sem a realização de exame específico;
- as pessoas relataram que a abordagem das psicólogas da Vale não tem sido adequada, discutindo a responsabilização da empresa em relação às mortes decorrentes do rompimento da barragem, bem como o atendimento de uma mesma pessoa por diferentes psicólogos;
- uma das pessoas atingidas relatou que a alimentação não está adequada a sua condição de saúde, tendo em vista que tem pressão alta e a comida fornecida é feita com muito sal. Foi relatado ainda que o fornecimento de frutas e verduras não tem sido



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291804028530000066617148>
Número do documento: 1904291804028530000066617148

Num. 67919729 - Pág. 30



Número do documento: 1906181757277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 19

satisfatório. Em uma das pousadas chegaram frutas quase apodrecendo;

- foi relatado que algumas pessoas não estão recebendo os medicamentos necessários, sem padronização de horário, o que dificulta seguir prescrições médicas;

- foi relatado dificuldade na comunicação das famílias devido à ausência de sinal de telefone, ou perda dos aparelhos;

- as famílias não estão sendo informadas acerca das assembleias com os atingidos, de modo que estão isolados das decisões que estão sendo tomadas;

- em todos os locais foi apontado o assédio de grande número de pessoas, de instituições, mídias, advogados, inclusive em horários inapropriados, sem o objetivo de resolver as questões levantadas pelas famílias, apenas para busca de informações;

- as famílias demonstraram insatisfação quanto a rotatividade de funcionários da Vale (que se apresentam como voluntários) que comparecem às pousadas, sempre perguntando sobre demandas mas sem efetivamente resolvê-las. Por exemplo, uma atingida demandava um carro para buscar seu filho em Mário Campos desde domingo, e durante a visita ainda não havia posição da empresa;

- na Pousada Vista da Serra não existe nenhuma família atualmente alojada, havendo apenas previsão de chegada de uma pessoa, embora conste de listagem disponibilizada;

Sugestões:

- Que a Vale forneça pelo menos um carro fixo para cada uma das pousadas, a fim de atender as demandas de deslocamento das famílias;

- Que os contatos feitos pela Vale sejam feitos por uma pessoa de referência, evitando grande rotatividade de funcionários no local;

- Que seja providenciado laudo da defesa civil acerca da possibilidade de liberação das residências;

- Que seja conversado com as famílias sobre a possibilidade de aluguel de imóveis, ou suas transferências para outros locais, considerando que algumas famílias desejam retornar para antigas casas, desde que garantida a segurança, e outras não desejam retornar mesmo com o aval da Defesa Civil, em razão das perdas de familiares e amigos;

- Auxílio emergencial de renda e moradia;

- Que a vale padronize horários para fornecimento das refeições, com incremento de hortaliças e frutas;

- Que a vale padronize, também, horários para disponibilização dos remédios solicitados pelos atingidos.

Bárbara Regina P. P. Magalhães



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 31



Número do documento: 190618175277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=190618175277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 20

Camila Mattarelli de Abreu e Silva

Mariana Gualberto da Silveira

Thais Helena Vital Domingues



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 32



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 21



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 33



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 22

RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 05 de Fevereiro de 2019.

1. Presença na reunião para elaboração do TAC Emergencial na DPMG:

- a) Reunião de grupo de trabalho com a participação de representantes do MPMG, MPF, DPMG, DPU, AGE, GEPSA-UFOP, MAB, CNDH e atingidos para elaboração de minuta de TAC Emergencial.
- b) Na reunião foi finalizada a minuta de TAC Emergencial a ser apresentada a Vale S/A, com vistas a sua assinatura em Audiência de Conciliação, no bojo da Ação de autoria do Estado de Minas Gerais, a ser realizada em 06/02/2019.

Jonas Vaz Leandro Leal
Analista
Cimos/MPMG

Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG

André Sperling Prado
Promotor de Justiça
Cimos/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 34



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 23



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 35



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 24



RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 06 de fevereiro de 2019.

1. Presença na Comunidade Tejuco:

- a. Após informações de que haveriam de famílias atingidas residentes na Comunidade do Tejuco, foi realizada visita técnica para averiguar a situação. Ali chegando, às 12h, conversando com uma moradora, nos foi passada a informação de um agrupamento de famílias, conhecido como Alberto Flores, próximas ao bairro Parque da Cachoeira cujas propriedades foram invadidas pela lama.
- b. A realidade social de Alberto Flores é bastante diferente daquela da maior parte da população da região. O grupo é composto, majoritariamente, por famílias concentradas em um condomínio fechado com algumas casas em seu entorno. Conversamos com as moradoras Mônica e Ione, que parecem fazer parte de uma classe média alta local e são descendentes dos fundadores do bairro Parque da Cachoeira. As residências do condomínio se encontram a alguns metros da lama e se encontram em área de risco.
- c. Alguns dos impactos apresentados pelas moradoras:
 - i. Perda de fonte de renda incluindo: destruição da produção de mel e própolis, mandiocal inutilizável, interrupção da venda de artesanato (venda de bonecas), interrupção dos serviços de hotelaria.
 - ii. Medo de novos desastres, em especial, o medo de uma enchente com a intensificação drástica do assoreamento do rio causado pela lama.
 - iii. Impactos psicológicos causados pela passagem constante de helicópteros e deposição de corpos encontrados próximos às suas casas.
 - iv. Isolamento causado pelo bloqueio do acesso às propriedades pela defesa civil e polícia militar.
 - v. Perda da memória. Foi relatado que a comunidade ali era antiga (mais de 100 anos) e a casa mais antiga do lugar, pertencente ao tio de uma das moradoras, foi destruída pela lama.
 - vi. Perda dos espaços de lazer com a destruição do rio.
- d. A principal demanda dos moradores é a retirada das famílias do local e o aluguel de novas propriedades em local escolhido pelos atingidos.
- e. Há grande desconforto por parte das informantes com relação à comissão de atingidos do Parque da Cachoeira em função de sua heterogeneidade. Foi relatado também que não se sentiram bem recebidas na reunião ocorrida em 02/02/2019 por serem de classe média alta.
- f. Foi sugerido que os moradores criassem uma comissão própria de Alberto Flores ou buscassem participar da Comissão de atingidos de Parque da Cachoeira com um núcleo próprio, dado suas demandas específicas.
- g. Durante a conversa um grupo de pessoas com coletes de voluntários trouxe alimentos às famílias, em momento anterior da conversa as proprietárias havi-





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos

am dito que a Vale estava providenciando água e alimento. Aparentemente a Vale continua com funcionários em campo utilizando coletes de voluntários.

2. Reunião com atingidos da Comunidade Cantagalo:

- a. Às 17:30h foi realizada reunião na Comunidade Cantagalo, próxima a Córrego do Feijão com o objetivo de conhecer os atingidos ali residentes e receber suas demandas.
- b. As principais demandas apresentadas por todos é a falta de acesso a Brumadinho, a garantia de renda e a disponibilidade de veículos ao longo do dia. Com a estrada bloqueada o transporte dos moradores até os locais de trabalho e estudo fica gravemente prejudicado. Os veículos disponibilizados em Córrego do Feijão não atendem satisfatoriamente a comunidade que é obrigada a realizar o deslocamento toda manhã até o local dos transportes, passando inclusive por áreas de risco para poder ser atendida. Esta situação tende a se agravar ainda mais com a volta às aulas em fevereiro.
- c. A insegurança financeira é outra preocupação recorrente entre os moradores. Muitos dos comunitários trabalhavam na pousada, no clube da Vale e no momento encontram-se desempregados, outros trabalham em regime informal e recebem somente por dia trabalhado. Há casos, por exemplo, como o da residência de Dona Sônia, na qual todos os quatro moradores estão desempregados e sem acesso a qualquer tipo de fonte de renda. Foi relatado também que o Fundo de Garantia só seria liberado para os atingidos que perderam suas moradias, que não é o caso dos moradores do Cantagalo.
- d. Os moradores sentem-se pouco assistidos em relação à Comunidade de Córrego do Feijão. Além da reclamação do transporte, nos foi relatado de que as vagas de emprego recentemente divulgados foram ofertadas exclusivamente aos moradores de Córrego do Feijão.
- e. Até o momento, nenhuma equipe da Secretaria de Impacto Social foi ao local para aplicação do formulário emergencial.
- f. Foi decidida, ao final da reunião, a criação de uma comissão de atingidos da comunidade Cantagalo. Dela fazem parte: Fabiano, Adilson, Mario, Jack, Derlania e Sônia.

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social - Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor - Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor - Cimos/MPM

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor – Cimos/MPMGG

Carlos Henrique Mesquita do Prado
Estagiário – CIMOS/MPMG



RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 07 de Fevereiro de 2019.

1. Presença na reunião da comunidade/bairro Reta do Jacaré ou Reta 2 em Mário Campos:

- a) A reunião contou com a participação de cerca de 30 atingidos, em sua maioria agricultores (olcricultores) residentes na rua Horácio Nogueira Coelho, e com a participação da EMATER e da Secretaria de Agricultura de Mário Campos, e de militantes do MAB.
- b) Entre os agricultores há uma diversidade de situações com relação a posse da terra, estando presentes meeiros, arrendatários, caseiros, diaristas e proprietários.
- c) A Secretaria de Agricultura (Ferreirinha) informou que foi realizado cadastro dos agricultores de Mário Campos, a pedido da SEAPA, tendo sido registrado 49 agricultores, mas informa que o cadastro ainda tem muitas lacunas tendo ainda que ser refeitas diversas visitas, uma vez que só foram feitos os cadastros das pessoas que estavam presentes na propriedade no momento da visita.
- d) Os moradores da comunidade se sentem inseguros para utilização da água das cisternas que antes abasteciam as famílias, já sendo percebidas mudanças no gosto e coloração por alguns moradores. Demandam que seja realizada análise da água para que tenham segurança em utilizar as águas.
- e) Urgência na análise do IGAM para que seja possível estabelecer parâmetros capazes de demonstrar as mudanças na qualidade das águas subterrâneas, caso essas mudanças ocorram.
- f) Demandam que seja garantido o abastecimento de água e que também sejam fornecidos reservatórios para o abastecimento doméstico e para a irrigação das hortas.
- g) Moradores reclamam do intenso mal cheiro proveniente das águas do Rio Paraopeba e manifestam preocupação com as consequências para a saúde dos que moram nas imediações do leito, sobretudo em face da informação do estado de que se deve resguardar uma distância de 100 metros.
- h) A reta do Jacaré conta com rede de abastecimento de água instalada a pouca mais de 2 meses, sendo que muitos dos moradores não conta com ligação pelo abastecimento de água da COPASA devido ao custo elevado e a disponibilidade anterior de água nos poços e cisternas.
- i) Os moradores da região pescavam no Rio Paraopeba, sendo fonte de lazer e complementação de renda.
- j) O técnico da EMATER informou que 1 ha de horta consome de 50.000l a 70.000 l de água por dia em dias de alta insolação, havendo na comunidade mais de 40 ha de horta plantada, o que torna alta a demanda de abastecimento de água para garantir a continuidade da produção, em volume que inviabiliza o fornecimento em quantidade suficiente.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 38



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 27

- k) A comunidade manifesta grande preocupação com a impossibilidade de manutenção de sua renda e subsistência, com a impossibilidade de manutenção do plantio das hortas, sendo demandada o pagamento de pagamento mensal emergencial.
- l) A comunidade relata perdas nas hortas por ter ficado 7 dias sem acesso à água para irrigação após a proibição da utilização da água do rio Paraopeba. Manifesta ainda preocupação com as dívidas (aluguéis e financiamentos formais e informais para investimentos na produção) que podem se acumular com a impossibilidade de manutenção da atividade produtiva.

Encaminhamentos:

- A comunidade encaminhará uma lista de famílias que necessitam de fornecimento de água mineral/potável para solicitação à Vale S.A.
- A EMATER e Prefeitura dialogará com a comunidade para a complementação do levantamento realizado até então, com a inclusão de todas as categorias vinculadas a atividade produtiva dependente do rio Paraopeba.

Contatos de referência na Comunidade de Reta do Jacaré:

- Flávio Tadeu Nahas Lara Camargos (EMATER): (38)999717760 (31)35774781
- José Geraldo Touros: 999944138
- Hélia Pire: 995811612
- Eliane Lopes Gomes: 999311766
- Ênio Batista Prado: 998900925
- Valdinei Santos Souza: 995644866
- Divino da Silva Dias: 9973477834

Jonas Vaz Leandro Leal
Analista
Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG

André Sperling Prado
Promotor de Justiça
Cimos/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 39



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 28

RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 07 de Fevereiro de 2019.

1. Presença na reunião para elaboração do fluxo de informação dos dados do levantamento de demandas emergenciais:

- a) Reunião de grupo de trabalho com a participação de representantes do MPMG, MPF, DPMG, DPU, PM Brumadinho, SEDESE, MAB, e atingidos para definição do fluxo de informações provenientes do formulário emergencial.
- b) Já foram aplicados 940 formulários, já tendo sido incluídos na base 850 desses formulários. Atualmente os formulários ainda a serem aplicados são residuais. A Prefeitura de Brumadinho é quem "comanda" o preenchimento dos formulários. A SEDESE não repassará as informações obtidas à VALE, mas unicamente ao município, ficando sob a responsabilidade do município a definição a respeito do repasse das informações.
- c) Deusdeti questionou qual a garantia que a Prefeitura dá aos atingidos de que as informações contidas no formulário não serão repassadas a Vale. Demanda dos atingidos com relação ao excesso de voluntários e com a falta de informação quanto a confiabilidade dos voluntários. Diante disso foi proposto um fluxo destinado ao credenciamento e organização de voluntários, tendo como ponto focal o SERVAS.
- d) Quanto ao fluxo das informações contidas no levantamento, o desenho define a Prefeitura como a controladora das informações, com os profissionais da própria Prefeitura (contratados em processo seletivo simplificado) sendo os operacionalizadores responsáveis por tornar os dados em demandas concretas para a Vale.
- e)

Jonas Vaz Leandro Leal
Analista
Cimos/MPMG

Paola
Promotora de Justiça
MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor
Cimos/MPMG

Andrea David
Assessora
PGJ/MPMG



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:25
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040285300000066617148>
Número do documento: 19042918040285300000066617148

Num. 67919729 - Pág. 40



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 29



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos

aqueles que tivessem demandas ficassem no local após o fim da reunião. Aparentemente os casos apresentados serão resolvido individualmente e diretamente entre atingido e representante da Vale.

3. Reunião com Emater

- a. Após a reunião, com as colocações do representante da Vale, foi realizada uma reunião entre Emater, Ministérios Públicos Estadual e Federal e Defensoria Pública da União para esclarecimentos.
- b. Os técnicos da Emater explicaram que não há nenhum cadastro sendo realizado, apenas um formulário preliminar dos produtores rurais. Esclareceram ainda que nem todos os produtores rurais foram ouvidos até o momento porque nem todas as propriedades estavam abertas no momento da passagem dos técnicos.
- c. Foi enfatizado que a Emater não tem nenhum tipo de negociação ou aproximação em andamento com a Vale e que qualquer tipo de parceria futura deverá ser firmada em conjunto com Ministérios Públicos e Defensorias Públicas.
- d. Foi destacada na reunião a importância de que todas as instituições envolvidas no processo mantenham sempre canais abertos de comunicação e atualizem os outros atores de todas as ações tomadas.

4. Reunião com Josiele (Tejuco)

- a. Ao final do dia nos encontramos com Josiele, presidente da associação de moradores do Tejuco.
- b. A moradora afirmou que várias pessoas no Tejuco perderam parentes e/ou empregos e se prontificou a organizar uma reunião na comunidade.
- c. Foi relatada ainda a existência de outra comunidade ainda não visitada, Monte Cristo.

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social - Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor - Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor - Cimos/MPM

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor – Cimos/MPMGG

Carlos Henrique Mesquita do Prado
Estagiário – CIMOS/MPMG





RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 14 de fevereiro de 2019.

1. Reunião com moradores Comunidade Monte Cristo

- a. A partir de uma orientação da presidente da Associação de Moradores do Bairro Tejuco, procuramos a comunidade Monte Cristo, onde até o momento foi levantado o quantitativo de 07 óbitos em função do rompimento da barragem.
- b. A comunidade está insegura e muitos precisam de apoio psicológico. Até o momento, a Paróquia de Brumadinho tem sido o principal apoio da comunidade.
- c. Afirmaram que a alguns anos atrás houve o rompimento de um dique que atingiu o córrego que passa no fundo das casas da comunidade. Relataram medo diante dessa situação em virtude do assoreamento deste córrego.
- d. Apontaram como principais problemas: a desestruturação das famílias mediante as mortes e a falta de apoio/solidariedade da empresa e a perturbação psicológica que os moradores enfrentam.
- e. Relataram dificuldade de acessar os 100.000,00 e da ajuda funeral (como o caso da moradora Roberta que é mãe de 3 filhos e perdeu o marido, já fez o cadastro a mais de uma semana, mas o dinheiro não foi depositado).
- f. **Vão discutir a possibilidade de reunião com representantes do Ministério Público e Defensoria Pública com a comunidade na Igreja Católica local – mas ainda não decidiram sobre o assunto.**
- g. **CONTATOS:** Bar do Ledeci (99629.3384), Aline Xavier (99757.1755) Claudiane (99615.4781)

2. Reunião Comunidade Pires

- a. Foi feita a primeira visita na comunidade onde todos reclamaram da situação de abandono que eles enfrentam.
- b. Pediram apoio para discussão sobre a destinação da lama que está sendo retirada do Rio Paraopeba e há insegurança na comunidade porque está sendo dito que a lama será colocada na parte superior da comunidade, local com nascentes e que poderá atingir a comunidade caso chova.
- c. A comunidade está muito insegura e sofre um preconceito muito grande da cidade, pois é afirmado que são invasores de terra. Mas vivem no local a mais de 30 anos.
- d. Foi afirmada a necessidade de apoio psicológico urgente, pois há um quadro geral de depressão pós-desastre.
- e. Os moradores que vivem à margem do Paraopeba precisam de apoio para
- f. Ficou agendada para a próxima quinta feira (21/02) às 16 horas, reunião na Igreja Católica da Comunidade com representantes dos Ministérios Públicos e das Defensorias Públicas.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social - Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor - Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor - Cimos/MPM

Marcelo Andrade Vilarino
Assessor – Cimos/MPMGG

Carlos Henrique Mesquita do Prado
Estagiário – CIMOS/MPMG





RELATÓRIO SÍNTESE

Trata-se de relatório síntese da atuação de parte da equipe da Cimos com relação às repercussões socioeconômicas do rompimento da barragem de rejeitos da Mina do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, realizadas no dia 15 de fevereiro de 2019.

1. Reunião com Padre Renné (Paróquia de Brumadinho)

- a. Ao chegarmos a Brumadinho fomos ao encontro do Padre Renné, que nos recebeu na Igreja Matriz de Brumadinho.
- b. O padre nos confirmou algumas das dificuldades que encontramos em campo. Confirmou a dificuldade de inserção na Comunidade dos Pires, devido a seu histórico de ocupação irregular e poucos vínculos comunitários; e o distanciamento que os membros da família Murta tem em relação aos moradores do Parque da Cachoeira.
- c. O padre, que tem feito trabalho de apoio às comunidades atingidas desde o rompimento da barragem e tem instruído os moradores a não assinarem nada de estranhos e nem conversarem com advogados, nos relatou sua preocupação de que os moradores pobres das comunidades, cujas casas foram atingidas pelas lamas, estejam sendo subrepresentados e indiretamente silenciados nas comissões de atingidos.
- d. Demonstrou ainda preocupação com a falta de formação dos membros das comissões, que ainda não sabem como lidar com todos os desdobramentos do processo.
- e. O padre se mostrou bastante solícito e disse conhecer todas as famílias habitantes na região, podendo ajudar no que for possível para identificação dessas pessoas.

2. Assembleia Parque da Cachoeira

- a. Às 14h foi realizada Assembleia no bairro Parque da Cachoeira
- b. Após as falas institucionais foi aberto o microfone para a Comissão de Atingidos e demais moradores.
- c. Além dos informes da comissão, a maior parte das queixas apresentadas se relacionava a demora da Vale em atender as demandas emergenciais dos atingidos. Foi pedido para que o celular da Sra. Amélia, uma atingida que não possui outro meio de comunicação, fosse providenciado como medida emergencial.
- d. Foi relatado ainda que os medicamentos, que não deveriam entrar no prazo de 48 horas para resolução como as outras demandas, não estavam sendo providenciados com a prontidão necessária.
- e. Além dos moradores de Parque da Cachoeira se pronunciaram também representantes da Comissão de atingidos do Tejuco e moradores das comunidades Pires e São Joaquim de Bicas, que reclamam de sua condição de invisibilidade e demandam maior reconhecimento enquanto atingidos.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Cimos

Camila Mattarelli Abreu e Silva
Analista Social - Cimos/MPMG

José Ourismar Barros
Assessor - Cimos/MPMG

Luiz Tarcízio Gonzaga de Oliveira
Assessor - Cimos/MPM

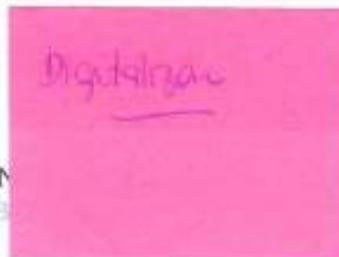
Marcelo Andrade Vilarino
Assessor – Cimos/MPMGG

Carlos Henrique Mesquita do Prado
Estagiário – CIMOS/MPMG





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BRUMADINHO
Defesa dos Direitos Humanos



Inquérito Civil n.º 0090.19.000012-6

Anexo II

Assunto:

Reclamações quanto às certidões de óbito.

Brumadinho, 02/02/2019.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 1



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 35



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício n.º /1ª Promotoria de Justiça de Brumadinho

Referência: Inquérito Civil nº 0090.19.000012-6

Assunto: Comunicação.

Sra. Oficiala,

I. Autuar, junto ao IC nº 0090.19.000012-6 em anexo a ser autuar com a denominação "Reclamação quanto à certidão de óbito".

By
Ana Tereza R. Salles Giacomini
Promotora de Justiça

Brumadinho, 02 de fevereiro de 2019.

Senhora Oficiala do Cartório de Registro Civil de Brumadinho,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu(s) órgão(s) de execução abaixo assinado(s), por meio deste, a par de cumprimenta-la cordialmente, comunica formalmente a Vossa Senhoria que, conforme já explanado em conversa telefônica, continuam a chegar ao conhecimento desta Promotoria de Justiça veementes reclamações de familiares quanto à definição do local de falecimento no ato de lavratura das certidões de óbito relativas às pessoas vitimadas pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, o que ocorre mesmo após o último contato e intervenção realizada por este órgão, ocasião em que foi explicitada a inadequação da expressão "evento" no respectivo campo.

É que, muito embora esta Serventia Extrajudicial tenha se mostrado sensível de plano quanto à questão, passando a suprimir a controversa palavra, adotou-se, desde então, como definição do Local de Falecimento "Brumadinho, MG". Ocorre que a mera referência ao Município no campo destinado ao local de falecimento é inespecífica, o que tem causado legítimas preocupações dos familiares com as dificuldades que a falta de especificidade possa futuramente ocasionar.

Em sendo assim, e com fulcro no artigo 1º, III, da Constituição Federal, que arrola a dignidade da pessoa humana como fundamento da república e o artigo 3º, inciso I, da mesma Carta, o qual elenca como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem se afastar do princípio da legalidade que rege a atividade notarial e registral, o Ministério Público solicita providências para equacionamento da questão, sugerindo que se especifique no campo destinado ao "Local de Falecimento" o seguinte: "Barragem rompida da Mina Córrego do Feijão. Brumadinho, MG".



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 2



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 36



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sem mais para o momento, aproveita-se a oportunidade para manifestar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI

Promotora de Justiça

CLAUDIA SPRANGER E SILVA LUIZ MOTTA

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)

Senhora Oficiala do Cartório de Registro Civil de Brumadinho

Rita de Cássia Portugal Costa Coelo

Cartório de Registro Civil de Brumadinho



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 3



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 37



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício n.º /1ª Promotoria de Justiça de Brumadinho-Força Tarefa MPMG

Referência: Inquérito Civil n.º 0090.19.000012-6

Assunto: Comunicação.

Sra. Oficial,
Primeira do IC anexado,
Vto. no anexo 2 Recla.
maçã, quando a cert.
de óbito".

Br,
Ana Tereza R. Salles Giacomini
Promotora de Justiça

Brumadinho, 03 de fevereiro de 2019.

Digníssimo(a) Senhor(a),

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por seu(s) órgão(s) de execução abaixo assinado(s), vale-se do presente para:

Considerando que a Portaria Conjunta n.º 9/PR-TJMG/2019 implantou, no Instituto Médico Legal - IML do Município de Belo Horizonte, em caráter emergencial, a Unidade Interligada do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, com o objetivo de atender todas as solicitações de registros de óbitos relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos, no Município de Brumadinho, e que tenham sido recepcionados pelo IML da Capital;

Considerando que continuam a chegar ao conhecimento do Ministério Público do Estado de Minas Gerais veementes reclamações de familiares quanto à definição do local de falecimento no ato de lavratura das certidões de óbito relativas às pessoas vitimadas pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, o que ocorre mesmo após a intervenção realizada por este órgão durante visita realizada em 31/10/2019, em que foi explicitada a inadequação da expressão "evento" no respectivo campo;

Considerando que se reconhece que esta Serventia Extrajudicial mostrou-se sensível de plano quanto à questão, passando a suprimir a controversa palavra;

Considerando, no entanto, que a mera referência ao Município de "Brumadinho, MG" no campo destinado ao local de falecimento é inespecífica, o que tem causado legítimas preocupações dos familiares com as dificuldades que a falta de especificidade possa futuramente ocasionar;

Considerando que, em relação a tal questão, o Cartório de Registro Civil de Brumadinho já sinalizou estar acatando os termos do ofício enviado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em 02 de fevereiro de 2019;

O Ministério Público, com fulcro no artigo 1º, III, da Constituição Federal, que arrola a dignidade da pessoa humana como fundamento da república e o artigo 3º, inciso I, da



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904291804038810000066617149>
Número do documento: 1904291804038810000066617149

Num. 67919730 - Pág. 4



Número do documento: 1906181757277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 38



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

mesma Carta, o qual elenca como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, sem se afastar do princípio da legalidade que rege a atividade notarial e registral, solicita providências para equacionamento da questão, sugerindo que se especifique no campo destinado ao "Local de Falecimento" o seguinte: "Barragem rompida da Mina Córrego do Feijão. Brumadinho, MG".

Sem mais para o momento, aproveita-se a oportunidade para manifestar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI

Promotora de Justiça

CLAUDIA SPRANGER E SILVA LUIZ MOTTA

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH)

Senhor(a) Oficial(a) do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 4º Subdistrito de Belo Horizonte

Responsável pelo gerenciamento e operacionalização da unidade interligada instituída no IML.



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 5



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 39

Zimbra

anateresa@mpmg.mp.br

Re: Alteração da definição do local de falecimento - Desastre

De : Cartório Brumadinho
<civilbrumadinho@yahoo.com.br>

Sáb, 02 de fev de 2019 13:46

Assunto : Re: Alteração da definição do local de falecimento - Desastre

Para : Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini
<anateresa@mpmg.mp.br>

Boa tarde,

Recebido, obrigada.

Att,
Karine Alves

*CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS P. NATURAIS
Oficiala: Rita de Cássia Portugal Costa Coelho
Rua Presidente Vargas, 229, Sala 03, centro
Brumadinho - MG. Tel. : (31) 8524-4346
Email: civilbrumadinho@yahoo.com.br*

Em sábado, 2 de fevereiro de 2019 14:09:52 BRST, Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini <anateresa@mpmg.mp.br> escreveu:

Cara Rita,

segue, como conversamos.

Qualquer dúvida, estou à disposição.



Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini
Promotora de Justiça

1 4 4 1

04/02/2019 14:41



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 6



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 40

Zimbra

anatereza@mpmg.mp.br

**Definição do local de falecimento na lavratura dos óbitos - Barragem Mina
Córrego do Feijão**

De : Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini
<anatereza@mpmg.mp.br>

Dom, 03 de fev de 2019 14:46

 1 anexo

Assunto : Definição do local de falecimento na
lavratura dos óbitos - Barragem Mina
Córrego do Feijão

Para : dlr220495@gmail.com, cart4bh@uol.com.br

Prezado(a) senhor(a),

Diante das dificuldades no contato telefônico com o Sr. Oficial, encaminho o ofício, anexo, para que seja a ele repassado, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Gentileza acusar recebimento.

Atenciosamente,



Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini
Promotora de Justiça

 **oficio cartorio IML.docx**
27 KB

04/02/2019 14:41



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 7



Número do documento: 19061817572770600000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061817572770600000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 41



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sra. Oficiala,
Inq. - 200 TC com
bato (anexo volume
001 quando ai euhd
de skib).

Ana Tereza R. Salles Giacomini
Promotora de Justiça

PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BRUMADINHO/MG
CURADORIA DE DIREITOS HUMANOS

Referência: Inquérito Civil n. 0090.19.00012-6

Assunto: RECOMENDAÇÃO

Brumadinho, 07 de fevereiro de 2019.

Ilustríssima Senhora

Senhora Oficiala do Cartório de Registro Civil de Brumadinho
Rita de Cássia Portugal Costa Coelho
Cartório de Registro Civil de Brumadinho C/C.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Brumadinho/MG, da Força Tarefa do MPMG e da Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos (em apoio à Promotoria de Brumadinho), com fundamento no artigo 26, inciso VII, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93) e na Lei Complementar Estadual nº 34/1994, art. 67, inciso VI, visando à efetividade do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, vem expedir a presente RECOMENDAÇÃO, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

Considerando que constitui função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II);

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preconiza o artigo 127, *caput*, da Constituição da República;

1



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA RIBEIRO SALLES GIACOMINI - 29/04/2019 17:53:26
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042918040388100000066617149>
Número do documento: 19042918040388100000066617149

Num. 67919730 - Pág. 8



Número do documento: 1906181757277060000071852001
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1906181757277060000071852001>
Assinado eletronicamente por: VINICIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA - 18/06/2019 17:57:28

Num. 73161283 - Pág. 42